

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
Data	__/__/__
Cod.	IXD00015

Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Manoki (Irantxe).

GT Irantxe: Portaria da FUNAI/BSB nº 1144, publicado no DOU em 09/11/2000

Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação Território Manoki (Irantxe). GT Irantxe: Portaria FUNAI/BSB nº 1144, DOU em 09/11/2000. Por Rinaldo S. V. Arruda. Set. 2001

Rinaldo S.V. Arruda

Set. 2001

SUMÁRIO

Apresentação	1
<u>1. Os Manoki (Irantxe) – Dados Gerais</u>	2
1.1. Localização atual, autodenominação e território histórico.	2
1.2. Histórico das relações de contato com a sociedade nacional e seu deslocamento forçado para fora de seu território.	5
1.3. Transformações regionais e os novos planos missionários.	12
1.4. A atribuição de um território aos Manoki (Irantxe)	15
<u>2. Habitação Permanente: A vida Manoki na reserva atual</u>	18
2.1. População	18
<u>3. Atividades Produtivas: Economia e Sociedade</u>	20
3.1. Fontes de Renda Monetária	25
<u>4. Meio Ambiente: Caracterização ambiental do território Manoki, a ser incorporado à Terra Indígena Irantxe.</u>	26
4.1. Características Gerais	26
4.2. Manejo dos Recursos Naturais	27
4.2.1. Extrativismo vegetal	27
4.2.2. Manejo da caça	29
4.2.3. Manejo da Pesca	30
4.2.4. Agricultura tradicional e espécies vegetais	31
<u>5. Reprodução Física e Cultural</u>	32
5.1. A importância do território identificado	34
<u>6. Levantamento Fundiário</u>	35
6.1. Levantamento Fundiário da Área	36
6.2. Outros Levantamentos	37
<u>7. Proposta de Delimitação da Terra Indígena Manoki (Irantxe)</u>	39
<u>8. Conclusões</u>	39
<u>9. Bibliografia consultada</u>	40

Anexos:

1. Memorial Descritivo e Planta de Delimitação, elaborados por Mário dos Santos Alves /Técnico em Agrimensura, ERA, Goiânia.
2. Os Manoki e a Pacificação dos Brancos, com base no depoimento do Sr. José Alfredo Jalukali, ancião Manoki da aldeia do Cravari e de outros índios presentes.
3. Relatório Ambiental, (e em anexo Carta de Recursos do território identificado), de Dra. Maria De Fátima Barbosa Coelho, UFMT, Cuiabá.
4. Relatório Fundiário (2 vol.), de Flávio Ohashi, Engenheiro Agrônomo /FUNAI /AER /Belém; Robson Freire da Silva /Chefe do Pin Irantxe e Luis Cristo de Arruda, Técnico em Estrada / INTERMAT.

Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Manoki (Irantxe).

GT Irantxe: Portaria da FUNAI/BSB nº 1144, publicado no DOU em 09/11/2000

Apresentação

O objetivo deste relatório é identificar o território de ocupação tradicional do povo indígena Irantxe (autodenominado Manoki) e propor os limites da T.I. Manoki (Irantxe) que, conforme constatado pelos estudos procedidos na área, extrapola os limites da Terra Indígena Irantxe já regularizada.

Este relatório se fundamenta em três tipos de dados, utilizados de modo complementar. O primeiro tipo refere-se à memória do grupo, mais condensada e sistematizada na lembrança dos mais velhos, nos mitos e na sua forma específica de ver e descrever sua história, sua forma de ser e o espaço geográfico-social de ocorrência. A segunda fonte são os documentos que mencionam os Irantxe, englobando as referências históricas, os relatórios de trabalho das organizações que atuaram e atuam com eles, os trabalhos de pesquisa científica já desenvolvidos sobre este povo e eventuais notícias publicadas na imprensa. E o terceiro tipo são os dados do levantamento de campo, coletados a partir da observação das atividades desenvolvidas pelos Irantxe nas aldeias e no seu território, em conversas e entrevistas não estruturadas com seus habitantes, no mapeamento de suas formas de ocupação do espaço e de utilização dos recursos naturais.

Os trabalhos de campo foram realizados durante o mês de novembro e primeira semana de dezembro de 2000 (levantamentos antropológico, ambiental e fundiário) e completados durante o mês de janeiro de 2001 (levantamentos antropológicos) e final de março e início de abril de 2001 (levantamento fundiário).

O levantamento de dados de campo foram feitos através das seguintes atividades: entrevistas com funcionários da FUNAI que trabalham e/ou conhecem a área; entrevistas com indigenistas que trabalham e/ou conhecem a área.; visita a todas as aldeias, observação participante do cotidiano das aldeias, entrevistas não estruturadas com seus habitantes, reuniões coletivas para definição do território pretendido, fotografias e depoimentos gravados, expedições ao interior do território pretendido, ao longo dos rios Cravari, 13 de Maio, Sangue, São Benedito e Membeca. Expedição por terra às sedes das propriedades que se encontravam dentro do território a ser delimitado para se realizar o levantamento fundiário.

Os estudos ambientais, além disso, contaram com o uso de planilhas temáticas, baseando-se na “Revisão da Proposta Preliminar de Estudos de Levantamento Ambiental” encaminhada pela DAF/FUNAI. Realizaram-se também coleta e análise do solo, tanto na área pretendida quanto na área da reserva atual.

A sistematização e análise desse material embasa a presente proposta de limites para a Terra Indígena Irantxe (identificação e delimitação), limites estes que circunscrevem a parte mais vital das terras historicamente ocupadas pelos Manoki (Irantxe), de acordo com o que estabelece o artigo 231 da Constituição Federal:

A Constituição Federal no seu Art. 231 reconhece “aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradição e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

E as terras tradicionalmente ocupadas são definidas em seu parágrafo primeiro:

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua preservação física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

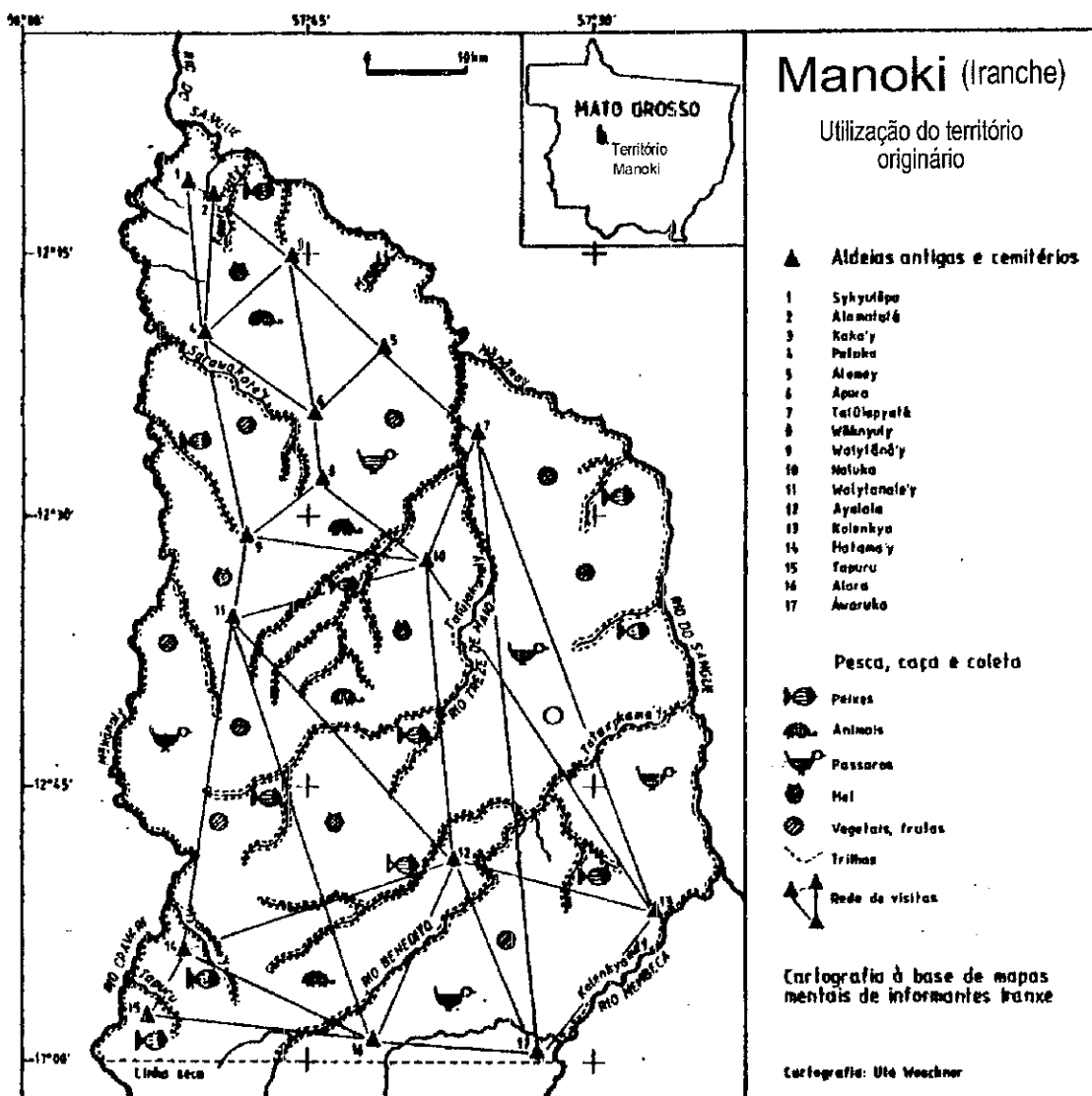
1. Os Manoki (Irantxe) – Dados Gerais

1.1. Localização atual, autodenominação e território histórico.

Os Manoki, sociedade indígena de família lingüística isolada, localizam-se hoje em dia em duas áreas indígenas, ao norte do Estado de Mato Grosso, uma delas, a Terra Indígena Irantxe, na região do rio Cravari na altura do paralelo 13º. e outra às margens do rio Papagaio, mais ao norte, perto do paralelo 12º., nomeada Terra Indígena Menku (Myky). Este relatório tratará apenas do grupo que vive na Terra Indígena Irantxe, atendendo a determinação legal de revisão dos limites de seu território.

A denominação *Irantxe*, pela qual ficaram conhecidos da sociedade brasileira não tem nenhum significado para estes índios, que não sabem de onde se originou este nome. A partir de estudos preliminares sobre sua língua, pensou-se que sua autodenominação era *Myky*. Entretanto, hoje sabe-se que *myky* significa pessoa, indivíduo, não sendo uma denominação coletiva. Sua autodenominação como povo, como coletivo, é Manoki, nome pelo qual nos referiremos a eles neste relatório, a partir de agora.

O território histórico do povo Manoki, de acordo com a memória dos mais velhos e de acordo com os registros históricos se estendia pela margem esquerda do rio do Sangue e pela margem direita do rio Cravari, limitando-se ao sul com o córrego Membeca e ao norte na junção do rio Cravari com o rio do Sangue, conforme representado no mapa a seguir. Este mapa registra os antigos locais das aldeias Manoki e - lembrados pelos índios mais velhos, registrados nos diários dos jesuítas e em apontamentos das expedições das linhas telegráficas - os caminhos que as ligavam e os recursos naturais mais utilizados tradicionalmente.



Fonte: Pivetta, 1993:93

As trilhas eram o produto das visitas que os Manoki (Irantxe) faziam de aldeia em aldeia, resultado e condição dos relacionamentos entre os habitantes das diversas localidades no interior do território tribal¹; eram os caminhos de caça e de pesca, da coleta de alimentos e materiais de uso no cotidiano das aldeias. Essas trilhas testemunham o padrão de ocupação do território e uso de seus recursos naturais, e acabaram servindo de guia para a penetração seringueira no interior de sua sociedade.

O relato de João Salustiano Lyra (Public. N.7, anexo 3, da Comissão Rondon), referente à exploração do vale do rio Cravari em 1907, demonstra a importância das trilhas indígenas para a exploração seringueira e atesta a localização histórica dos Manoki (Irantxe) no início do século XX. Diz ele:

¹ A área denominada "território originário" por Pivetta (1993:93), conforme se vê no subtítulo do mapa acima, é chamada neste relatório de "território histórico".

“No dia 5 prosseguimos no levantamento dos trilhos existentes e, seguindo o rumo S.O., contornamos a cabeceira, denominada Membecal, formadora do ribeirão Membeca, importante contribuinte do rio do Sangue...”(p.7)... “No dia 6 continuamos a levantar os trilhos que despontam em cabeceiras que correm para o Cravari, nas quaes existem ricos seringas...” “Os primitivos trilhos dos índios, ligando as origens das cabeceiras, que na mesma vertente, quer em vertentes opostas, foram os caminhos que orientaram os pioneiros da civilização nestes desertos e atualmente se erigem em verdadeiras estradas seringueiras”(p.8)... “Tínhamos até aí penetrado suficientemente para o Norte, podendo ainda seguir neste rumo pelo trilho dos índios, que ligam as diversas cabeceiras na margem esquerda do rio Cravary. É verdade que a exploração desse rio se limitou até agora à sua margem esquerda, pois toda a margem direita está ainda ocupada pelos índios Irantxe, que se opuseram sempre a qualquer invasão”.

Rondon também os localizava na região que compreendia o vale do rio Cravari, o vale do rio Papagaio e do rio Buriti, na parte baixa destes rios, entre os paralelos 13° e 13° 30' e meridianos 14° 46' e 15° 15' ao oeste do Rio de Janeiro. (Rondon, 1910, pp.13).

Roquette-Pinto, por sua vez, confirma (1935:16) a localização do território Manoki (Irantxe) na margem esquerda do rio Membeca, margem esquerda do rio do Sangue, margem esquerda e direita do rio Cravari até sua foz no rio do Sangue.

O Pe. João Dornstaudter que realizou viagem exploratória do vale do rio Cravari em 1952, produziu na época um mapa (Moura e Silva, 1957:176; Pivetta, 1993:94) no qual plotou, na margem direita do rio Cravari, entre os paralelos 12 e 13 e os meridianos 57 e 58, a localização dos principais chefes de grupos locais dos Manoki (Irantxe). Na época ele localizou 5 grupos, e uma população de aproximadamente 200 pessoas, sem ter esgotado o universo de ocupação Manoki.

Pivetta (1993) em sua pesquisa de 1992, reconstituiu com o auxílio dos Manoki mais velhos uma lista de grupos locais (aldeias) que elevou para 27 o número de aldeias lembradas pelos mais velhos, sugerindo uma população de mais de 1000 pessoas no início do século XX, estimada com base no tamanho médio das aldeias tradicionais. Destas 27 aldeias, os Manoki só tinham na memória a localização de 17, das outras só tendo recordação do nome. Na pesquisa de campo empreendida pelo GT em novembro de 2000 e janeiro de 2001, foi feito um outro levantamento, com base na história oral do grupo e na memória dos mais velhos, que confirmou os levantamentos anteriores (Dornstaudter, s/d; Pivetta, 1993). As aldeias antigas foram localizadas entre o rio Cravari e o rio do Sangue, nas bacias do rio 13 de Maio, São Benedito e Membeca, sendo este último o limite sul de seu território histórico.

Entre os Manoki mais velhos há alguns nascidos nestas aldeias mais antigas, como o Armando Oiacuxi, filho de Kanuto (já falecido) que nasceu na aldeia do seu pai localizada próxima ao córrego Membeca e rio do Sangue. Atacados pelos Tapanhuma vieram de aldeia em aldeia até o rio 13 de Maio. Lá foram atacados por Rikbaktsa e fugiram para Utiariti. Da mesma forma Alonso Irawari também nasceu numa aldeia perto do córrego Membeca, entre este e o córrego São Benedito. Seu pai era o tio de Alípio e de Maurício, ambos também nascidos na região do córrego Membeca e de lá mudaram para o rio São Benedito, para a aldeia de Cumbarú, onde os Tapanhuma atacaram e mataram seu irmão. De lá fugiram para Utiariti. Como veremos a seguir esta foi a trajetória padrão dos Manoki.

Por fim, além do testemunho dos índios e dos autores anteriormente citados, Max Schmidt (1942, 1942a, 1943), Moura (1960:5), Moura e Silva e Pereira (1975:13 e 105), Metraux, (1942:161), confirmam que o território histórico Manoki (Irantxe) é mesmo aquele registrado na memória tribal e reproduzido no mapa acima.

1.2. Histórico das relações de contato com a sociedade nacional e seu deslocamento forçado para fora de seu território.

A história do envolvimento dos Manoki (Irantxe) pela sociedade nacional está intimamente ligada ao processo de ocupação regional e este, por sua vez, foi profundamente modelado pelas frentes de expansão seringalistas, pela atuação do Estado e pela presença jesuítica.

A região norte do atual Estado do Mato Grosso, além de fugaz mineração no alto Arinos no século XVIII (Arruda, 1992), só foi novamente atingida pelas frentes de expansão com o ciclo seringueiro da segunda metade do século XIX. Vindo de Cuiabá, o avanço seringalista atingiu o rio Preto em 1872, o rio Verde em 1874 e já no início do século XX o rio Sumidouro, todos afluentes do alto Arinos. Vindo do norte ele alcançou apenas as proximidades da foz do rio Telles Pires, dizimando os Apiacá e promovendo sua fuga para o médio Telles Pires. O avanço pelo sul se deu através do rio Paranatinga e rio Verde, encontrando grande resistência dos Bakairi "bravos" e principalmente dos Kayabi.

Portanto, até o início do século XX nada se sabia sobre os Manoki (Irantxe) e sua região era ainda praticamente indevassada. Então, o interesse governamental de defesa das fronteiras nacionais, preocupação sempre presente desde a guerra com o Paraguai (1865/1870) e acentuada pela questão do Acre (1903), abriu outra frente de penetração com a construção de uma linha telegráfica, projetada para propiciar a comunicação de Cuiabá, Santo Antonio do Madeira (hoje Porto Velho), Acre e Manaus com o restante do país. Criada em 1907 pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, a Comissão Construtora da Linha Telegráfica Estratégica de Mato Grosso ao Amazonas, sob a direção do então Coronel Cândido Mariano Rondon, no mesmo ano já percorria o território Pareci, ultrapassando a cidade de Diamantino, nordeando a linha pelos seringais que começavam a pontilhar a região. Os trabalhos da linha foram acompanhados em 1910 pela criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI). O objetivo era promover a atração e pacificação dos índios hostis, sua paulatina aculturação e integração na sociedade nacional através das colônias agrícolas, onde seriam instalados junto aos sertanejos como trabalhadores braçais.

É nesse contexto regional que se iniciam as relações dos Manoki (Irantxe) com a sociedade nacional.

O primeiro encontro dos Manoki (Irantxe) com representantes da sociedade nacional foi trágico. Deu-se por volta do ano de 1900 quando seringueiros, sob o comando de Domingos Antonio Pinto, promoveram um massacre da população de uma de suas aldeias no córrego Tapuru, afluente da margem direita do rio Cravari, segundo nos relata Rondon:

“... um ato de inqualificável crueldade contra eles praticado pelo seringueiro Domingos Antonio Pinto. O tristíssimo acontecimento a que aludo passou-se pouco tempo depois de se ter estabelecido Antonio Pinto com os seus camaradas, nos seringais de Corecê-inazá. Nada se deve temer da índole pacífica e até mesmo tímida dos Iranche. Mas apesar disso, o truculento seringueiro entendeu que era necessário expeli-lo das proximidades do ponto em que estabelecera; e como por ali existisse uma aldeia, assentou dar-lhe cerco, com o auxílio dos camaradas todos armados de carabinas. Pela madrugada, ao recomençar a cotidiana labuta daquela misérrima população, a celerada emboscada rompeu fogo, abatendo os que primeiro saíram das casas para o terreiro. Os que não morreram logo, encerraram-se nas palhoças, na vã esperança de encontrarem aí abrigo contra a sanha de seus bárbaros e gratuitos inimigos. Estes porém já estavam exaltados pela vista do sangue das primeiras vítimas e nada os impedia de darem largas à sua fome de carnagem. Então, um deles, para melhor trucidar os misérrimos foragidos, resolveu trepar à cobertura de um dos ranchos, praticar nela uma abertura e por esta, metendo o cano da carabina, foi visando e abatendo uma após a outra as pessoas que lá estavam, sem distinguir sexo nem idade. Acuados assim com tão execrável impiedade os índios acabaram tirando do próprio excesso do seu desespero a inspiração de um movimento de revolta: uma flecha partiu “a primeira e única desferida em todo este sanguinoso drama” mas essa embebeu-se na glote do crudelíssimo atirador, que tombou sem vida. A só lembrança do que então se seguiu faz tremer de indignação e vergonha. Onde haverá alma de brasileiro que não vibre uníssonamente com a nossa, ao saber que toda aquela população, de homens, mulheres e crianças, morreu queimada, dentro de suas palhoças incendiadas?” (Rondon, 1946:88-89)

Max Schmidt também faz referência a essa cruel matança:

“Um tal de Domingo Antonio Pinto, que habia instalado um sitio em el rio Cravari pra explotar los gomales, habia asaltado com su gente una aldea de estos índios sin que ellos hubiessen ocasionado cualquier motivo. Una parte de los índios fueron matados á tiros y los demás, que constaban de hombres, mujeres e crianzas este hombre mandó quemarlos junto con sus casas.” Schmidt, (1942:35).

Estes relatos são confirmados pelos Manoki que ao longo do século XX, em várias ocasiões deram depoimentos sobre estes fatos (Pivetta, 1993:68-70; Moura e Silva e Pereira, 1975; Dornstaudter, 1975, e outros).

Rondon relata em suas “Conferências”, realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo, que o rio Cravari foi descoberto pela expedição de implantação das Linhas Telegráficas em 1907 e só a partir desta data passou a figurar nos mapas.

O segundo contato com os Manoki (Irantxe) registrado na historiografia conhecida, desta vez pacífico, deu-se em 1909 (Missão Rondon, 1916), no tempo da seca, quando um grupo deles foi encontrado caminhando por baixo da linha, nas proximidades da estação Utiariti, na margem direita do rio Papagaio. Vieram em paz e comunicaram-se com os Pareci empregados da linha telegráfica, querendo ferramentas. Na ocasião negaram-se a mostrar a localização de suas malocas.

Rondon foi informado dos Manoki (Irantxe) por estes Pareci que trabalhavam junto com a Comissão de implantação de linhas telegráficas e os descreve como de índole pacífica e tímida supondo, incorretamente, que fossem um sub-grupo Pareci:

“Atualmente, eles (os Parecis) se dividem em quatro grupos, sob a denominação de: Uaimaré, Casiniti, Cozárini e Iranche. ... Pelas informações dos Cozárini sei que falam o ariti (i.é., a língua Paresi, etnolinguisticamente classificada como Aruak levemente modificado, constroem casas e usam redes como os demais Parecis.” (Rondon, 1946:81, 87)

Entretanto, na história oral Manoki o primeiro encontro pacífico deu-se pouco antes da ida deste grupo para a linha telegráfica, à procura de ferramentas de metal. Na sua tradição oral esse primeiro encontro é o marco da tão procurada e tão difícil *pacificação dos brancos*, conseguida finalmente por um de seus caciques, conforme relato registrado no Anexo 2.

Em síntese, poucos anos após o massacre da aldeia do córrego Tapuru, um cacique Manoki que havia saído para caçar junto com seu filho, ao voltar para casa encontrou 4 brancos na aldeia vazia. Os outros haviam fugido com medo. Por sorte o cacique falava 4 línguas e foi tentando a comunicação até que na última tentativa obteve resposta e puderam encetar um diálogo. Este cacique ganhou ferramentas destes brancos e os outros, ao saberem disso, foram em expedição no mesmo rumo tomado por aqueles brancos até encontrarem com a turma do Rondon perto da estação telegráfica de Utiariti em 1909, conforme registrado em Missão Rondon (1916).

Desta data até 1932, grupos de Manoki acostumaram-se a esporadicamente visitar a estação telegráfica de Utiariti, sempre à procura de ferramentas de aço e sem nunca revelarem o local exato de suas aldeias. De 1932 em diante eles desapareceram de Utiariti e não se sabia do local de suas aldeias.

Max Schmidt tentou sem sucesso alcançar malocas Manoki (Irantxe) na época das chuvas, em 1928. Quando voltou a Utiariti foi surpreendido sendo procurado por um grupo deles que o havia seguido na sua volta. Foram a seu encontro, mas sem revelar a localização de suas aldeias, com receio de novos ataques como o do córrego Tapuru no início do século XX.

Ironicamente a linha telegráfica tornou-se obsoleta no momento em que se completava, com o nascimento da radiotelegrafia em 1922. Tendo sido abandonado após a retirada da Comissão Rondon, esse espaço geográfico e ideológico propiciado pela abertura da linha passou a ser ocupado pelos jesuítas, cuja atuação foi marcante no processo de intermediação entre os povos indígenas da região e a sociedade nacional e, em especial, no caso dos Manoki.

Desde a fundação da Prelazia Diamantina em 1930, com sede na cidade de Diamantino, os jesuítas já faziam incursões ao interior voltadas para a catequese indígena e sertaneja. Em 1935, com a participação das Irmãs da Imaculada Conceição, fundaram seu primeiro posto entre os índios, próximo à estação telegráfica Juruena, estabelecendo com grandes dificuldades e sucesso restrito o trabalho catequético e educativo, voltado principalmente para as crianças, entre os Pareci e Nambikwara.

Em 1935 o bispo prelado de Diamantino, Pe. Mello, tentou também sem sucesso alcançar malocas Manoki. Em 1943 houve outra tentativa frustrada, do Pe. João de Freitas.

Em 1945, com os Manoki ainda desaparecidos, o funcionário do SPI João Clímaco acompanhado dos índios Pareci Pedrinho Kezo e Antonio Canazoé, explorou a região dos Manoki e fundou o posto do SPI Major Libânio Coluizorecê, conhecido como Posto Tolosa, para efetuar a atração dos Manoki (Irantxe).

Em 1946 os jesuítas instalaram a Missão em Utiariti, na margem esquerda do rio Papagaio, com uma área de 8.200 ha. cedida à Prelazia Diamantina pelo governo estadual, no mesmo local onde Rondon já havia instalado, anos antes, uma escola para os Pareci. Desse ponto de apoio passaram a disputar a primazia da atuação catequética com os missionários da ISAMU² (já ali desde 1937) e com os funcionários do SPI sediados no Posto Tolosa.

Até então os jesuítas contavam principalmente com sua própria persistência e tenacidade para se manter nos sertões do Mato Grosso. Encontravam pouca receptividade por parte dos índios e mesmo dos empregados da linha telegráfica, que eram a maioria da população das cercanias. Porém, na fase inaugurada com a mudança para Utiariti, os ventos passaram a soprar em outra direção, propiciando a consolidação e expansão da Missão indígena.

A segunda Guerra Mundial e a conseqüente demanda por borracha no mercado internacional promoveram o terceiro ciclo da borracha do Mato Grosso. O apoio governamental e a campanha ideológica travestiram os interesses econômicos na "patriotada" dos "Soldados da Borracha", estimulando a migração de milhares de homens empobrecidos em sua região de origem, sobretudo do Nordeste, os quais invadiram a floresta amazônica, pelo norte e pelo sul, atingindo locais antes nunca explorados.

O sucesso que se observa daí em diante no Posto Missionário relaciona-se diretamente com a expansão das frentes pioneiras. A renascida atividade seringalista atinge, pela primeira vez de forma sistemática e maciça, as matas equatoriais das bacias dos rios Papagaio, Sacre, Sangue, Arinos, Juruena, Aripuanã, Roosevelt, para falar apenas das mais importantes.

Atingindo os territórios de grupos tribais antes só marginal e esporadicamente alcançados, essas frentes de expansão provocaram inúmeros pontos de tensão e choques

² "A INLAND SOUTH AMERICAN MISSIONARY UNION era uma entidade anglo-norte-americana que teve uma existência muito curta, de menos de 10 anos. Cindida em dois grupos, tomou as seguintes denominações: NEW TESTAMENT GOSPEL UNION, congregando o grupo inglês; e SOUTH AMERICAN INDIAN MISSION, representativa do grupo norte-americano - que prosseguiu no proselitismo religioso dos Terena". (Oliveira, 1968: 116)

Segundo Adalberto Holanda Pereira (*Heróis do Juruena, s/d*): "Em 1937, a ISAMU reatou o trabalho missionário entre os Nambikwara, não já em Juruena, mas em Campos Novos e em Utiariti, onde as circunstâncias eram diferentes: os Nambikwara chegavam de longe, do Juruena e do Sapezal. De Utiariti passaram a atender também os Irantxe e os Paresi. Sairam de Utiariti em 1957".

armados com os índios. As escaramuças genocidas e a difusão de doenças letais para os povos indígenas, além de promover sua crescente depopulação, tiveram o dom de acentuar os conflitos inter-tribais, alguns pré-existentes, à medida em que as crescentes invasões tendiam a deslocar os grupos de seus próprios territórios para os territórios de outros.

Naquele mesmo ano de 1946, Henrique de Oliveira, tropeiro do depósito de borracha do rio Sacre, levou uma dezena de índios Manoki aos protestantes do ISAMU em Utiariti, para trabalhar e conseguir ferramentas. Esse episódio também é narrado pelos próprios Manoki no Anexo 2. No ano seguinte, 1947, um grupo de seringueiros, guiados por índios Pareci conseguem atingir malocas Manoki (Irantxe).

Em 1947 o encarregado do Posto Tolosa apareceu com mais 7 Manoki, levando-os primeiro aos jesuítas e depois para os protestantes. No final do mesmo ano, os protestantes encontraram uma maloca Manoki. Em 1948, depois de uma primeira visita dos jesuítas à sua maloca, cerca de 15 deles foram trazidos a Utiariti e engajados em regime de trabalho que, segundo os padres, foi bem aceito por eles.

As malocas Manoki (Irantxe) passaram a ser sucessivamente visitadas pelo ISAMU, pelos jesuítas e pelos funcionários do SPI, que disputavam tentando atraí-los e aldeá-los nas suas respectivas sedes. Para se ter uma idéia do grau de competição entre as agências religiosas, basta mencionar que os missionários protestantes se instalaram a cerca de 500 metros apenas da sede jesuítica em Utiariti, onde fundaram colégio e Igreja, passando a disputar frontalmente com os jesuítas, sumamente irritados³, a primazia da catequese dos Irantxe.

Entre outras coisas, esse contato inicial desordenado e competitivo facilitou a difusão de epidemias em quase todas as malocas e mesmo em Utiariti, provocando grande mortandade. Essa situação se prolongaria até 1957, quando o ISAMU saiu do local⁴ e o SPI delegou oficialmente a tutela indígena para os missionários.

Em agosto de 1948, em meio a epidemias de gripe e sarampo, os Irantxe sofreram ataques dos Tapanhuma e em seguida dos Rikbaktsa, que resultaram em muitos mortos e feridos. Os sobreviventes refugiaram-se em massa em Utiariti à procura de socorro e

³ Conforme SILVA (1966:6): "Em Utiariti alguns norte-americanos com insídias, atraíam e deseducavam índios do posto jesuíta. A tensão foi se avolumando até que um índio da tribo Irantxe serviu de pomo de discórdia" ... Maria brigou com o marido, o Capitão José Tabujá e se foi para o posto protestante com a criança. O capitão perguntou ao padre Henrique Froelich o que deveria fazer, pois queria o menino. O padre respondeu que fizesse o que bem entendesse. O capitão, às escondidas, retirou o menino do posto protestante e o recambiou. Sabendo do acontecido o norte-americano entendeu que os padres se metiam em negócios alheios e foi tomar satisfações. Desandando logo em desacatos ao Papa, o protestante despertou bríos do Padre. Sem palavras grosseiras pediu o padre as credenciais do Míster. Confundindo-se logo o protestante saiu doutrinado. Perdeu os amigos arengados pelo dólar e propaganda até com filme, como o comentado no "Vaticano em Chamas". A Missão protestante abandonou Utiariti".

⁴ Conforme COSTA (1985:291), os missionários do ISAMU perdendo as condições de trabalho em Utiariti em decorrência do agravamento das tensões com a missão jesuítica e com a tal família Irantxe envolvida no incidente acima relatado, instalaram-se entre os Paresi, como estratégia de ir às "fontes" de "pagãos" dos jesuítas, isto é, penetrar no seio dos povos atendidos por eles.

segurança. Logo após, por ordem do SPI, foram transferidos para o Posto Tolosa. Porém, com falta de recursos, gradativamente os índios foram voltando às malocas no rio Cravari, no Paredão e Barranco Queimado. Dos quase 300 estimados em 1947, sobravam apenas cerca de 90 em 1949.

A disputa pelo direito de tutelar os Manoki (Irantxe), aldeando-os sob as respectivas influências catequéticas e civilizatórias prosseguiu; alegava-se a necessidade de protegê-los dos Tapanhuma e dos Rikbaktsa, estes últimos chamados de Salumá pelos Manoki, grupos ainda autônomos, que viviam em luta com os seringueiros em seus próprios territórios.

Paralelamente a Companhia Seringueira Utiariti, de propriedade de um fazendeiro de gado da região chamado Antonio Junqueira⁵, e já instalada na região, pretendia expandir suas atividades ao rio Cravari e afluentes, onde se localizavam aldeias Manoki (Irantxe). Em 1950 esta companhia fez uma roça perto da aldeia Manoki, os seringueiros são acusados de abusar das mulheres e provocarem conflitos. O fato forneceu outro argumento humanitário e mais motivação aos esforços de atração dos Manoki, dado o perigo de conflitos entre índios e seringueiros. Em 1952 queima-se o barracão da Companhia Seringueira Utiariti, situado no Cravari, dando origem à denominação do local como Barracão Queimado.

Conforme apontamentos do Pe. João Dornstaudter:

*“Este ano de 1948, além das já mencionadas aconteceram visitas de Irantxe a Utiariti. Começou um movimento entre aldeia, posto Tolosa e Utiariti, dos índios, padres e protestantes”.*⁶

Moura e Silva & Pereira (1975: 7) assinalam:

“Desde o início do contato dos Irantxe com os missionários do ISAMU e com os jesuítas, foi uma constante o desentendimento entre as duas missões, quanto ao relacionamento com os Irantxe, até 1957, quando o ISAMU se afastou de Utiariti. Os Irantxe se viram entre dois polos de atração, tirando vantagem disto algumas vezes. Em plano de pessoal, os Irantxe acharam bons uns e outros. Entre o SPI e os jesuítas deram-se alguns desentendimentos também, logo superados.”

Em 1949 os jesuítas abriram um posto de catequese entre os Manoki (Irantxe), na aldeia do "Capitão Acácio", próximo ao rio Cravari, trasladando-os em número crescente,

⁵ Este mesmo indivíduo parece ter desenvolvido empreendimento pastoril na região de Campos Novos, em território Nambikwara, concomitantemente à atividade seringalista em Utiariti. Lá explorava um seringal às margens do rio Sacre, chamado Banco Grande. No início da década de 60 esse seringal passou a ser explorado pela Missão Anchieta (com mão de obra indígena) quando o fazendeiro Junqueira o abandonou por ter adquirido outro, de grandes proporções na região do rio Juina Mirim (Costa, 1985: 236). Neste novo local foi o principal implicado como mandante no famigerado massacre dos Cinta-Larga em 1963 e, nos anos seguintes, em outros crimes, sempre impunes, cometidos tanto entre a população regional quanto com os índios da região. Este indivíduo esteve associado também com a implantação do município de Aripuanã, anos mais tarde, atingindo em cheio áreas indígenas Rikbaktsa e Cinta-Larga.

⁶ DORNSTAUDTER, João - Manuscritos e relatos não publicados de suas atividades e dos acontecimentos relacionados com a atuação da missão a partir de Utiariti.

principalmente as crianças, para Utiariti. As doenças dos civilizados continuaram a diminuir seu número.

Em 1950 a gripe coreana alcança a aldeia do Capitão Acácio, quando morrem quase todos os habitantes, inclusive os pais de Acácio. Em 1951 sobrevêm nova epidemia de gripe, matando mais 11 pessoas da aldeia de Acácio, inclusive ele próprio e sua mulher. Os sobreviventes procuram refúgio em Utiariti.

Em 1953 os Manoki falam a Pe. João Dornstaudter de um grupo de Manoki perdidos na barra do rio Cravari com o rio do Sangue. Na procura deste grupo Pe. João, por indicação dos Manoki, visita várias aldeias desenhando um croqui da viagem e identificando o território então ocupado pelos Manoki. No decorrer desta viagem insiste com todos os que encontra para que se mudem para Utiariti, pois as doenças grassavam em quase todas as aldeias provocando muitas mortes, desorganização social, fome e sofrimento. Muitos Manoki seguem para Utiariti, para lá trabalhar e viver.

Em 1954 os Tapanhuma (Beicho-de-Pau) atacam as aldeias Manoki e as mortes por doenças continuam. No mesmo ano sofrem ataque dos Rikbaktsa que matam 17 Manoki perto da confluência do rio do Sangue com o rio Cravari.

A partir daí os sobreviventes são levados a Utiariti e lá ficam, não retornando mais a seu território, com medo das doenças e, principalmente, dos ataques dos Rikbaktsa e dos Tapanhuma que quase os dizimaram completamente.

Segundo apontamentos do Pe. João Dornstaudter:

“Na época do primeiro contato em 1947, a tribo contava possivelmente com 250 indivíduos, mas está agora reduzida a 43 pessoas”. Apresenta em seguida o seguinte censo demográfico: *“em 1948: 90; maio de 1951: 70; outubro de 1952: 55; maio de 1953: 59; agosto de 1953: 54; março de 1956: 54. Em 1965, são 52, incluídos os nascidos de casamentos mistos com Paresí, Nambikuara, Kayabi”.* (Citado por Moura e Silva & Pereira, 1975: 23).

Sob o comando dos missionários e com a utilização intensiva da mão de obra indígena, as construções da Missão em Utiariti se ampliaram, criando as condições de infraestrutura para o trabalho aculturativo. Mais espaço construído permitiu primeiro a separação dos padres e índios; irmãs e índias. Depois, a partir de 1953, foi possível a separação entre os meninos e os rapazes e entre as meninas e as moças estruturando-se, no decorrer do tempo, um esquema de segregação dos índios entre si.

Estes passaram a viver 24 horas por dia em grupos do mesmo sexo e faixa etária, supervisionados por um mestre (padre ou irmã conforme o sexo) em todas as suas atividades. Eram proibidos de falar a própria língua e os casamentos intertribais entre os Irantxe, Pareci e Nambikwara eram incentivados, sem considerações pelas prescrições tradicionalmente definidas nas suas pautas culturais. Nos anos seguintes, essa prática se estenderia a outros povos, com a pacificação dos Kayabi do rio dos Peixes em 1953, dos Rikbaktsa do rio do Sangue, Juruena e Arinos de 1956 a 1962.

Paralelamente ao ensino catequético e técnico, os missionários passaram a rentabilizar o trabalho indígena, organizando-o com base em relações de trabalho capitalistas. A

produção era realizada pelos homens, mulheres e crianças indígenas. Além das plantações, havia uma serraria, uma marcenaria, oficinas de costura mecanizadas, artesanato, etc.

Os trabalhadores (e trabalhadoras) que mais se qualificavam, disciplinar e tecnicamente, eram promovidos a cargos de chefia e passavam a receber salário, intermediando o planejamento e as ordens do missionário ou missionária encarregada do serviço. A reprodução das relações de trabalho capitalistas, preparando os indígenas como mão de obra para o mercado regional, incluía o controle da Missão na comercialização das mercadorias e no usufruto dos resultados monetários, os quais, mesmo que reaplicados no próprio internato, obedeciam aos interesses de sustentação e expansão da Missão. Esta por sua vez oferecia ao mercado regional móveis, redes, artesanatos diversos, borracha, açúcar, por vezes arroz, chegando em algumas ocasiões a oferecer trabalhadores temporários para terceiros, que se encarregavam do pagamento, em tarefas de curta duração. Em 1956, com o fito de facilitar os assuntos financeiros e contratuais, a Prelazia criou uma sociedade civil com o nome de Missão Anchieta (MIA). Foi com esse nome que ficou conhecida na região a atuação da Companhia de Jesus.

Segundo Moura e Silva (1957:152):

“Em Utiariti os Iranche aprendem a viver de modo civilizado. Aprendem a ler, escrever e contar. As Iranche aprendem com as Irmãzinhas da Imaculada Conceição. Como complemento da escola os meninos aprendem a trabalhar a terra e lidar com as plantações e animais úteis”....”enfim, o padre capataz representa perfeitamente o papel de chefe de índios, acompanhando no trabalho mas ao mesmo tempo dando a todo o ambiente uma significação que somente a religião pode infundir.”

“Em Barracão Queimado, os índios imitam o aperfeiçoamento aprendido em Utiariti. Os índios que quase nunca aparecem em Utiariti apreciam imenso as inovações trazidas pelos irmãos de sangue.”

“...também desta data em diante se pode dar por encerrada a vida tribal nativa e espontânea dos Iranche, sem a intervenção de elementos de culturação civilizada branca, brasileira ou norte-americana.”(Moura, 1957:152).

Durante a década de 50 e até o final da década de 60 (1968) do século XX, os Manoki permaneceram em Utiariti totalmente imersos no esquema catequético civilizatório da Missão, com exceção de algumas famílias que passaram a habitar a aldeia de José Parente e de Maria Atolú, próxima ao Cravari, no mesmo local onde hoje é a aldeia Asa Branca. A partir desta aldeia sempre freqüentaram sua área tradicional para coleta, caça e pesca sem, entretanto se aproximarem do rio do Sangue e sem fazer aldeias com medo de encontrarem os Tapanhuma ou os Rikbaktsa.

1.3. Transformações regionais e os novos planos missionários.

A partir dos anos 60 se adensou a ocupação regional, agora por empresas agropecuárias, mineradoras, madeireiras e projetos de colonização, possibilitada pela abertura de estradas, a principal delas a BR 364 ligando Cuiabá a Porto Velho, terminada em 1968.

De maneira geral, as diversas "ondas", que se arremeteram de forma cíclica sobre a região amazônica e o centro-oeste desde o século XVII, tinham sua base na economia extrativista. Promoveram a colonização de modo fluido e inconstante, com grandes dificuldades de comunicação, extremamente dependentes de apoio externo continuado. As difíceis condições impostas pela floresta e a persistente resistência dos povos indígenas dificultavam uma permanência mais estável e densa.

A expansão mais definitiva, já sedimentada hoje em dia, começou a ser armada pelos governos militares pós 1964, que desenvolveram uma agressiva e violenta política de ocupação da Amazônia. Em 1966 foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia (BASA), os quais, através dos incentivos fiscais, levaram à Amazônia grandes levadas de empresários nacionais e estrangeiros. Mais dois órgãos foram criados para assessorar a SUDAM: a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967 - com o compromisso legal de demarcar todas as terras indígenas do Brasil num prazo de 5 anos - e o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) em 1970, para tentar ordenar o crescente fluxo migratório para a região. Fornecendo o impulso decisivo para o movimento colonizador estava a exploração da cassiterita.

A vasta frente de mineração, anteriormente ocupada por garimpeiros, passa a ser explorada por grandes companhias; a conclusão da estrada Cuiabá-Porto Velho (BR 364), estabelecendo ligação entre as reservas minerais de cassiterita e empresas do sul que operavam com estanho, acelera a ocupação da área.

Tornam-se frequentes os conflitos com a população indígena, expedições levando ao extermínio aldeias inteiras. (Junqueira, 1991: 11)

Enfim, desencadeou-se um processo novo de ocupação da área que acelerou-se nos anos 70 e 80 com o asfaltamento da BR 364, a abertura de novas estradas, a implantação de inúmeros núcleos de colonização, a ampliação da mineração, grandes projetos, como o Polonoroeste, etc. A ocupação se dava em velocidade vertiginosa e letalidade crescente para as populações indígenas. Mudanças múltiplas, simultâneas e mais complexas, transformaram essa região extrativista em polo mineral e agro-pecuário, promovendo sua definitiva ocupação e, infelizmente, devastação.

A Missão não podia ficar alheia a essas profundas modificações. A equipe da Missão indígena elaborou em 1966 um novo planejamento a longo prazo para a MIA, preconizando o levantamento socioeconômico global do território da Prelazia e a total pacificação das tribos existentes em seu interior. Conclamava a hierarquia católica a ajudá-los com todos os meios financeiros, materiais e humanos para que esses objetivos pudessem ser alcançados. Para fazer frente à crônica falta de pessoal propuseram a inclusão de missionários leigos (nacionais e estrangeiros) no trabalho com os índios. Passaram a argumentar que a fixação da Missão em obras grandes, em construções como era em Utiariti, fazia com que perdessem a mobilidade necessária para atingir o enorme território da Prelazia. Passaram a considerar que para que a Missão atingisse seus fins no novo contexto regional, impunha-se um esforço conjunto e maciço, visando a ocupação de lugares estratégicos para a penetração religiosa, movimento possibilitado e requerido pela abertura de novas estradas.

As mudanças decorrentes oficializaram a inclusão de leigos no trabalho missionário, enfatizaram a procura e sedimentação de contatos e convênios com órgãos

governamentais (para orientação técnica e auxílio financeiro), com sindicatos, cooperativas e sociedades de desenvolvimento, preconizando uma ofensiva em todo o território da Prelazia. Iniciou-se uma gradativa desativação de Utiariti:

No intuito de aproveitar as vias de comunicações que estão surgindo e de ter as nossas obras colocadas em lugares mais estratégicos, estude-se com prioridade, as possibilidades de localizar nessas áreas as diversas obras existentes ou programadas em Utiariti, bem como algumas reservas indígenas a serem requeridas à Fundação Nacional do Índio⁷

No mesmo ano, um convênio entre a Missão Anchieta e a Funai atribuiu ao superior da Missão, Pe. Edgar Schmidt, o cargo de Delegado da Funai na região, com poderes de definição e interdição de áreas para os índios sob sua tutela. A partir de propostas da MIA, no mesmo ano, através de Decreto Presidencial, foram criadas as reservas indígenas Irantxe, Rikbaktsa e Apiaká-Kayabi. Gradativamente para lá foram sendo transferidos os índios ainda dispersos por seu território tradicional e os "alunos" do internato, o que dava início à concretização dos planos gestados nos últimos anos.

Paralelamente aos fatores de mudança já indicados, é preciso salientar que as modificações no cenário regional se processavam articuladas a mudanças mais globais do cenário nacional e mundial, que desencadearam no interior da Igreja Católica uma revisão crítica de seu papel histórico e produziram uma reflexão teológica inovadora, cunhada de teologia da libertação.

No campo de atuação indigenista, essas influências se concretizaram com a criação da "Operação Anchieta" (OPAN), fundada em 6/2/69 no IV Encontro Estadual de Dirigentes Marianos do Estado de Santa Catarina, por incentivo do Pe. Egídio Schwade, missionário da MIA, uma organização de missionários leigos cuja atuação seria significativa, direta e indiretamente, no redirecionamento da ação jesuítica no Mato Grosso.

Passando a atuar principalmente nas regiões centro-oeste e amazônica, a OPAN também serviu de suporte para que leigos de organizações estrangeiras (Técnicos Voluntários Cristãos - TVC - da Itália e Österreichischer Entwicklungsdienst - OED - da Áustria) pudessem entrar mais facilmente no país, no trabalho indigenista. Articulado à estrutura da Igreja, o trabalho desses voluntários leigos constituiu-se também na base para a instalação de várias sedes regionais do Conselho Indigenista Missionário.

Ponto de referência importante para o encaminhamento dessas questões foi o Concílio Vaticano II (1962-1965) e, especificamente para a pastoral indigenista, o Decreto Ad Gentes, justamente mencionado no Estatuto da nova entidade, onde se afirma a necessidade de respeito à diversidade cultural e às singularidades dos diversos povos na atuação missionária.

⁷ ANÔNIMO - "Conclusões das reuniões de Utiariti e Diamantino", parte 9 do documento *Survey da Província Sul Brasileira*, S.J., MIA, 1969; e *Novas Linhas da Pastoral Indígena*, Prelazia de Diamantino, Setor Indígena, MIA, 1969.

Foi nesse contexto que a CNBB criou, além de outras estruturas como a Comissão Pastoral da Terra - CPT, o Conselho Indigenista Missionário, em 1972, por ocasião do Terceiro Encontro de Estudos sobre Pastoral Indígena, com o objetivo expresso de ser "*um órgão aberto e eficiente propondo-se a servir o índio e seus missionários*".⁸

1.4. A atribuição de um território aos Manoki (Irantxe)

Em 1968, portanto, o Pe. Edgard Schmidt, superior da Missão Anchieta e Delegado da FUNAI requereu um território aos Irantxe (Manoki). No mesmo ano esse território foi criado pelo Decreto Presidencial no. 63.368 de 08/10/1968 e ratificado pelo Decreto no. 64.027-A de 27/01/69.

Esse território foi criado na margem esquerda do rio Cravari, córrego Paredão até suas cabeceiras; daí uma linha seca até o córrego Grande, descendo por este até a foz do rio Cravari, com uma extensão de 46.790 ha. em região de cerrado, fora da área de ocupação histórica dos Manoki. Estes, como vimos, sempre ocuparam uma área situada entre a margem direita do rio Cravari e a margem esquerda do rio do Sangue. São um povo de adaptação sócio-ecológica às matas da bacia do rio do Sangue e de seus afluentes da margem esquerda (13 de Maio, São Benedito e Membeca), não estando culturalmente preparados para viver no cerrado.

Por que o território Manoki foi definido **fora de seu território de ocupação histórico**?

Naquela altura os Manoki já estavam há duas décadas no regime tutelar missionário catequético do internato de Utiariti. Sua população era pequena (52 pessoas em 1965), as mudanças culturais eram profundas, causadas tanto pela enorme depopulação e conseqüente desorganização social, como pelas dificuldades de realização das atividades tradicionais de reprodução da vida social e dos rituais que as acompanhavam. A enorme mortalidade e a impossibilidade de reprodução de seu modo de vida provocou a quebra da corrente de transmissão de conhecimentos dos mais velhos para os mais novos característica das sociedades de cultura oral.

Duas aldeias Manoki mantiveram uma certa autonomia, ainda que bastante dependentes da tutela jesuítica, a do José Parente, onde hoje é a aldeia da Asa Branca e a aldeia do Acácio, reocupada por alguns Manoki alguns anos após a ocorrência das epidemias de gripe que dizimaram quase todos os seus habitantes. A aldeia da Asa Branca era situada fora do território histórico Manoki, embora seus habitantes continuassem a perambular por esse território na extração de seus recursos naturais através da coleta, caça e pesca. A do Acácio era no seu limite com o rio Cravari, na sua margem direita, dentro do território de habitação permanente que ora se propõe para delimitação. Evitavam o estabelecimento de aldeamentos e roças mais no interior de seu território tradicional com receio dos ataques dos Tapanhuma e dos Rikbaktsa.

Quando o internato de Utiariti foi desativado todos os Manoki deslocaram-se para a aldeia da Asa Branca, do capitão José, onde os jesuítas instalaram escola, farmácia, igreja e onde passaram a atuar também as Irmãs da Imaculada Conceição.

⁸ Boletim do CIMI, número 1, 01/09/72.

Segundo o depoimento dos índios, os Manoki não tinham a compreensão total do significado da demarcação da área. Os padres sabiam onde era o território deles, mas os Beicho-de-pau (Tapanhuma) ainda estavam por lá e os Manoki tinham medo de voltar. Os missionários não discutiram o assunto amplamente com todos os Manoki, tendo consultado apenas o “capitão” José e este indicou o território onde estava instalada sua aldeia. Os outros aceitaram ir para lá mas, como dizem eles, “*naquele tempo era tudo vazio, não tinha fazendeiro, não tinha BR, nem nada, não imaginava que tudo ia ser ocupado*”. Não haviam entendido que com isso estavam perdendo seu território. Naquela época, quando perambulavam e exploravam os recursos de seu território histórico, achavam rastros e sinais dos Tapanhuma, estavam com medo de morar lá.

Seu território histórico parecia relativamente intocado pelos brancos e, além da ameaça dos Tapanhuma e dos Rikbaktsa, parecia ser possível ocupá-lo em ocasião mais oportuna: esperavam que estes outros povos fossem pacificados pelos brancos e impedidos de lá permanecerem.

Os Tapanhuma foram contatados em 1967 e logo depois sofreram violenta depopulação causada por epidemia de gripe e sarampo. Em 1970 cerca de 40 sobreviventes das epidemias foram transferidos para o Parque Indígena do Xingu, liberando a Serra do Tombador para a colonização particular. Entretanto, os Manoki ainda recebiam estabelecer aldeamentos no interior de seu território histórico.

Em 1969 o seringueiro Goiano dá notícias de índios desconhecidos nas cabeceiras do córrego Rico. Em 1970 uma expedição encontra uma antiga aldeia de Irantxe desconhecidos. Finalmente, em 1972 o Pe. Tomás de Aquino Lisboa contata um pequeno grupo de índios Manoki (Irantxe), 23 pessoas - Myky do Escondido -, nas cabeceiras do córrego Escondido, afluente do rio Papagaio. Era um grupo que havia se separado dos demais no início do século XX, quando em fuga dos brancos na época do massacre da aldeia do córrego Tapuru. Após o estabelecimento desse contato o relacionamento entre os Manoki (Irantxe) do Cravari com os Myky tem sido freqüente, tendo ocorrido vários casamentos entre os componentes dos dois grupos. Mais importante ainda, os Myky representam uma forte referência cultural para os Manoki do Cravari pois ainda guardam tradições dos antigos e praticam certos rituais, como o de iniciação, que haviam sido abandonados pelos outros.

Em 1970 a agropecuária Membeca se instalou na região e começou a cortar a reserva Irantxe com uma estrada, embargada pela FUNAI. Este foi o primeiro passo de um gradativo cercamento dos Manoki fora de sua área tradicional. Estes, até a década de 1980 ainda caçavam, pescavam e coletavam fora da área demarcada, continuando portanto a ocuparem seu território histórico exercitando *seus usos, costumes e tradições*. Entretanto, o gradativo adensamento da ocupação regional foi promovendo seu encerramento dentro da reserva e a piora crescente de suas condições de vida. Foi só por força desse processo que os Manoki foram pouco a pouco adquirindo consciência do significado da reserva e da perda de seu território histórico que, já desde meados da década de 1970 passa a ser reivindicado por eles.

Conforme se vê na relação a seguir, os limites da terra indígena Irantxe (Manoki) definidos no decreto de 1968 só se estabilizam em 1987 para, logo em seguida, serem novamente contestados pelos índios. Estes, em 1991 procuram em Cuiabá o antropólogo Darci Luiz Pivetta (Pivetta, 1993) solicitando ajuda para reaver seu território histórico.

Documentos relativos à Terra Indígena Irantxe:

1968 -Decreto no. 63.368, de 08/10/68, sobre Criação da Reserva Indígena.

1969 - Decreto no.64.02 7-A, de 27/01/69, que retifica os limites da área da reserva indígena;

1971 - Portaria Presidencial no.03/FUNAI, de 19/03/71, que cria Posto Indígena;

1975 - Demarcação pela Instrução Técnica Executiva no.55/FUNAI, de 27/08/75;

1977 – Exposição de Motivos no. 076/FUNAI, de 26/12/77, sobre apreciação da ampliação da reserva indígena; surge o Memorial Descritivo de 30/06/77 e o Decreto no. 81.133, de 27/12/77, que altera os limites da Reserva Indígena;

1981 - Confirmação dos limites estabelecidos pelo Decreto acima, através de deslocamento de servidor pela Instrução Técnica Executiva no.066/FUNAI, de 07/08/81;

1983 - Edição da Portaria Presidencial no.829/FUNAI, de 17/06/83, que torna insubsistente os efeitos da Portaria Presidencial no.03/FUNAI/71;

1985 – Portaria Presidencial no.1981/FUNAI, de 26/10/85, que determina novo serviço topográfico;

1987 - Parecer no. 159, de 19/02/87, favorável a retificação do Decreto de homologação da demarcação, surgindo novo memorial descritivo em 11/02/87, com área de 45.555,9511 ha. e registro de imóvel matrícula no.25.561, Fls. 01, Livro no.02, AI. IRANTXE, Diamantino/MT,

1990 - Decreto no. 98.827, de 15/01/90, que retifica os limites e homologa a demarcação da A.I; com certidão no. 00219, de 23/04/90, no Serviço de Patrimônio da União - MS;

Em maio de 1991, o Chefe Irantxe Inocêncio Capuixi, juntamente com outros Manoki, procuram o antropólogo Darci Pivetta e lhe pedem auxílio para o reconhecimento de seu território, solicitando-lhe a elaboração de um estudo histórico-antropológico.

1992 – Entregam à FUNAI uma solicitação oficial de um abaixo assinado pleiteando o reconhecimento de seu território tradicional e de revisão dos limites da área demarcada. (Cf. Ofício PNUD/ BRA/ 94/ 006/ PRODEAGRO, de Cuiabá, MT).

Tornou-se evidente, então, que o atual local da T.I. Irantxe era uma área tradicionalmente ocupada pelos Pareci, uma região do cerrado que destoa ecologicamente do seu habitat original constituído pelas áreas florestadas à direita do Rio Cravari e à esquerda do Rio do Sangue. O deslocamento de seu habitat original era visto por eles como passageiro, até que não fossem mais ameaçados por seus inimigos. Assim, não significava para eles perda do território, pois mantinham em mente a

esperança de retorno e do direito natural de ocupação do local tradicionalmente utilizado por eles.

2. Habitação Permanente: A vida Manoki na reserva atual

2.1. População

Quando as aldeias Manoki foram localizadas pela primeira vez, em 1947, a população foi calculada em 258 pessoas, constituindo já um reduzido número de sobreviventes dos massacres, epidemias e ataques dos Tapanhuma e Rikbaktsa, seqüência trágica e quase ininterrupta desde os primeiros contatos com a sociedade nacional no início do século XX.

De 1948 em diante o quadro se agravou, no final daquele ano só restavam 90 Manoki. Em 1951 eram 70, em 1952 – 55; em 1953 – 59; em 1956 - 54.

Dessa data em diante, vivendo em Utiariti, amiudaram-se os casamentos com pessoas das outras sociedades indígenas tuteladas pela Missão: com os Pareci, Nambikwara e, mais tarde um pouco, com os Kayabi e Rikbaktsa. Mesmo assim a população continuou a decrescer: em 1965 eram 52 e em 1974 eram 50. Daí em diante, a população voltou a crescer mas já num ambiente social profundamente alterado pela atuação jesuítica e pelo grande número de casamentos com pessoas de outras culturas e linguagens, impondo o uso permanente da língua portuguesa como único meio de comunicação. Forçou também o abandono de muitos costumes pela ausência de ambiente adequado para sua realização.

Os dados da Missão indicam em 1979, já habitando a reserva Irantxe, um total de 136 pessoas e em 1982 eram 142 indivíduos. Em 1983 (Arruda, 1983) eram 145 pessoas, sendo 11 famílias em que ambos os cônjuges eram Manoki e 17 famílias em que um dos cônjuges pertencia a outra etnia.

ANO	POPULAÇÃO	Alteração %	FONTE
1900	1200		estimativa
1947	258	- 78,50	MIA
1948	90	- 65,12	MIA
1951	70	- 22,22	MIA
1952	55	- 21,43	MIA
1953	59	+ 7,27	MIA
1956	54	- 8,47	MIA
1965	52	- 3,07	MIA
1974	50	- 3,85	MIA
			MIA
1979	136	+172	MIA
1982	142	+4,41	MIA
1983	145	+2,11	Arruda
2000	250	+72,41	OPAN

De 1900 a 1947 perderam 78,50 % da população, indicando o efeito combinado dos impactos provocados pelo envolvimento pelas frentes de expansão da sociedade brasileira: epidemiológicos, dos ataques seringueiros e dos ataques dos Tapanhuma e dos Rikbaktsa. Esses efeitos continuam a se fazer sentir nos anos seguintes, com uma grande inflexão em 1948 quando perderam 65% da população sobrevivente do processo de envolvimento pela sociedade nacional. Essa perda se acentua nos anos imediatamente posteriores: de 1948 a 1951 perdem mais 22% dos sobreviventes e no ano seguinte perdem mais 21% dos que haviam restado, ficando com uma população de apenas 55 pessoas. Nos anos seguintes, já abrigados em Utiariti a população mantém-se pequena, com pouca variação demográfica, oscilando entre 59 e 50 indivíduos.

Sabemos que desde o início a missão incentivou os casamentos intertribais, mas seu resultado não aparece nos dados populacionais: até 1979 os dados populacionais referem-se ao que a missão chamava de “Irantxes puros”, isto é, aqueles nascidos de casamentos em que ambos os cônjuges eram Manoki (Irantxe). De 1979 em diante os dados referem-se à população habitante da reserva Irantxe, incluindo portanto os nascidos de casamentos com cônjuges de outras etnias. De 1979 a 2000 a população total cresce a uma taxa de 3,99% ao ano, não apresentando grandes variações de um ano ao outro.

Hoje (2000) os Manoki contam com uma população de cerca de 250 pessoas, distribuídas em 6 aldeias: Paredão (60), Recanto do Alípio (12), Perdiz (26), Asa Branca (24), Cravari (119) e Treze de Maio ou Aldeia do Maurício (9) (OPAN, 2000).

Faixa etária (anos)	TOTAL Manoki		
	Masc.	Fem.	
0 – 11 meses	04	06	10
01-05	15	26	41
06-15	31	34	65
16-25	25	23	48
26- 50	28	23	51
51-60	04	05	9
60+	08	04	12
ausentes	07	07	14
TOTAL	122	107	250

Há também uma família Manoki, de José Paulo Cunique vivendo fora da área, na fazenda Dondico, desde 1998, além de alguns outros vivendo em outras áreas indígenas da região.

A maior concentração de habitantes ocorre na aldeia do Cravari, ao lado do córrego São Domingos, a uns dois quilômetros de seu ponto de intersecção com o rio Cravari. Nesta aldeia há um campo de futebol, igreja, escola, enfermaria e barracão para guardar o caminhão. Na aldeia do Paredão, a mais próxima da BR, fica a casa do chefe de posto da FUNAI e é servida por rede elétrica.

Algumas casas são de tábua, outras são de pau-a-pique, com cobertura de folhas de buriti, de tabuinhas ou de eternit. Em geral tem três cômodos, sendo um deles a cozinha. No ano de 2000, com o apoio da OPAN (Operação Amazônia Nativa) construíram uma maloca nos moldes tradicionais, com cobertura de buriti que se alonga até o chão, formando também as paredes, situada no meio da aldeia do Cravari. Fora da aldeia, num recanto escondido pela vegetação, existe a casa das flautas Jetá, só usada pelos homens, sendo interdita para as mulheres e crianças.

As aldeias não tem uma forma determinada, mas as casas guardam alguma distância umas das outras, de forma que os moradores costumam cultivar certas espécies vegetais ao redor de suas casas.

Todas as aldeias situam-se na proximidade de córregos e aproveita-se a mata ciliar – só nestes locais encontra-se alguma fertilidade natural - para suas roças.

3. Atividades Produtivas: Economia e Sociedade

A enorme perda populacional, a expulsão de seu território próprio, a catequese e o processo histórico de envolvimento pela sociedade brasileira, impuseram severas restrições à reprodução do modo de vida Manoki. Findo o período de abrigo e tutela da missão em Utiariti, sua transferência para uma área fora de seu território histórico e de características ambientais diversas de sua área tradicional, (da mata para o cerrado) aprofundou as dificuldades de reprodução sociocultural e, até mesmo, de sobrevivência em condições dignas.

A região na qual a reserva indígena Irantxe está inserida foi ocupada nas duas últimas décadas por grandes empreendimentos agrícolas com predomínio de culturas mecanizadas (produção de soja, com participação do arroz, milho e cana, com alto índice de utilização fertilizantes industriais e defensivos agrícolas) e com a presença de atividade pecuária com cerca de 50 a 100.000 cabeças de gado. O resultado tem sido o desmatamento crescente, o envenenamento das fontes de água, o empobrecimento da fauna e flora regionais e restrições à movimentação dos Manoki fora de sua área demarcada. O empobrecimento e deterioração das condições da flora e fauna regionais repercutem negativamente também no interior da reserva Irantxe, manifestamente ainda mais pobre de recursos naturais que as áreas ao redor.

De 70-80% do solo da reserva indígena Irantxe é formado basicamente por latossolo vermelho-amarelo, que apresenta cobertura vegetal formada pelo campo cerrado ou savana arborizada. São solos com acidez elevada, fertilidade baixa e apresentam deficiências de micronutrientes (sobretudo nos solos textura média). Nos outros 20 a 30% da área os solos são constituídos por areias quartzozas, tendo como cobertura vegetal o cerradão ou savana florestada, representando o contato savana-floresta ombrófila. São solos ainda mais pobres com capacidade de troca de cátions (CTC) e soma de bases (SB) muito baixos, inadequados ao tipo de plantio tradicionalmente executado pelos Manoki (OPAN, 2000:7).

Tradicionalmente os Manoki tem sua unidade de produção e consumo na família extensa, matrilocal, o trabalho masculino tendo por base a cooperação entre genros e sogro. Atualmente há também muitos casais jovens que fazem casa em separado,

constituindo a família elementar como uma unidade de produção e consumo, embora pareçam se manter, ainda que atenuadas, as obrigações de cooperação e partilha características das relações dos genros com seu sogro.

Cada casa/família costumava fazer uma roça perto da aldeia, de meio a dois hectares, consorciada com mandioca brava, milho fofo, batata doce, cará, batata, feijão costela, feijão fava, araruta, urucum, cabaça de chão grande, algodão, amendoim e outras espécies. Incorporaram a mandioca mansa, a cana-de-açúcar, o milho duro, e também outras espécies como o arroz, o feijão guandu, etc.

As extensas compilações dos mitos Manoki feitas pelo Pe. Adalberto Holanda Pereira (1975 e 1985), além dos relatos por nós coletados durante o trabalho de campo, atestam a importância e a antiguidade de manejo de cada uma destas espécies, registradas nos relatos dos antigos e sistematizadas num rico corpo mítico, presente até hoje no cotidiano dos Manoki. Na sua visão de mundo as espécies principais: mandioca brava, araruta pequena e grande, milho, batata, amendoim, etc. e os instrumentos para processar o alimento (panela de argila, cocho, xiri, etc.) foram a doação de um menino que pediu à sua mãe para ser enterrado, transformando-se nestes alimentos. O algodão, uma variedade própria dos Manoki, foi presente do macuco, assim como o fuso de fiar, pois antes disso só se fazia rede de tucum.

As atividades econômicas tradicionais são intrinsecamente ligadas a atividades rituais. Tradicionalmente aconteciam as festas do período da seca e as do período das chuvas, as quais duravam aproximadamente um mês cada.

Os mais velhos lembram que quando viviam em seu território próprio, além das roças familiares que todos tinham, havia as roças especiais acompanhadas de ritos próprios de iniciação dos meninos. Trata-se dos ritos associados às flautas sagradas (as masculinas são chamadas de *Yetá* e as femininas de *Nadipu*) de uso exclusivo dos homens. Eles as tocam, ainda hoje, de dia na casa das flautas – fora da aldeia e escondida pela vegetação – e de noite no pátio das aldeias. É proibido às mulheres e crianças vê-las, evitando-se até mesmo fazer menção à sua existência. Dizem os homens que quando esta interdição é quebrada e uma mulher as vê, ela acaba sendo morta pelo poder das flautas. As crenças e os ritos associados a estas flautas constituem o cerne de sua religião e de sua visão de mundo. Os meninos, na idade de 12 a 14 anos eram iniciados nos ritos das flautas. Eram separados da vida da aldeia e passavam semanas na casa das flautas, aprendendo os segredos dos homens e os ensinamentos para a vida adulta. Deviam ser sérios, não brincar, serem respeitosos e jejuarem. Na época da derrubada (na estação seca) era quando ofereciam uma roça a alguma mulher de respeito, influente, dizendo a ela que eram as flautas que faziam a roça, não eles. E todos os homens, juntos com os meninos em iniciação faziam a derrubada e plantavam, tocando as flautas à noite. Quando a roça estava pronta ofereciam-na à mulher escolhida que passava a cuidar dela. Os meninos voltavam então para a aldeia enfeitados e pintados, já homens.

Quando a roça passava a produzir a mulher chamava as outras para que se servissem, distribuindo tudo entre todas as famílias. A última roça-festa de iniciação destas flautas foi realizada por volta de 1995, segundo informação prestada pelos índios.

Na época da chuva havia as festas de flauta “jacuri”, na qual as mulheres também participam e tocam-se músicas referentes aos animais (tatu, tamanduá-mirim, peixe

cará, gambá e todos os outros). O cacique promotor da festa e seus parentes caçavam muitos animais, pescavam muitos peixes, as mulheres ralavam mandioca e faziam muito beiju e convidavam a todos para participar. Nestas festas cada um dançava com uma mulher, em geral não a sua própria. Nesse período dançava-se todas as noites, homens e mulheres, até quase o amanhecer, dormia-se muito pouco. De dia, enquanto os homens saíam cedo para tirar mel e matar caça, as mulheres ficavam em casa, sem dormir, preparando beiju e depois o que o homem trazia de sua expedição diária, para comerem e poder continuar a festa.

De acordo com o levantamento realizado em 2000 (OPAN, 2000), calcula-se que o total de terras já utilizadas pelo sistema de roça tradicional não ultrapassa 500 hectares da área demarcada. Entretanto, essa extensão de terras usada para a agricultura tradicional é constituída exclusivamente de mata ciliar, de solo mais fértil. Mesmo nestas áreas mais férteis os solos são muito pobres, não suportando plantios por mais de dois anos seguidos, fazendo com que a cada ano novas áreas tenham que ser abertas ao plantio. Dizem os Manoki que não se pode derrubar mais da mata ciliar sob pena de exterminar totalmente os únicos pontos em que os animais ainda podem viver.

A produção do milho, um de seus cultivares tradicionais mais importantes, é irrisória pelas deficiências do solo. Para que não se perca a semente e se produza ao menos um pouco é necessário adubar a terra e, mesmo assim, quase nada se consegue produzir de milho nas roças tradicionais.

O plantio mecanizado vem sendo tentado já há alguns anos, sem muitos resultados positivos já que requer muito gasto em correção de solo, fertilizantes e maquinário. No ano de 2000 os índios haviam derrubado cerca de 70 hectares de cerrado próximo a aldeia do Paredão e mais cerca de 100 hectares próximo à aldeia Asa Branca. Conseguiram um trator emprestado pelos fazendeiros vizinhos e calcáreo doado pela FUNAI. Porém, o trator só é emprestado depois de usado pelos fazendeiros, o calcáreo chegou tarde e os próprios índios se desentenderam quanto à organização do trabalho, aproveitando muito pouco das áreas derrubadas. O plantio mecanizado já foi tentado pela missão jesuítica, depois em projeto financiado pela OXFAM, por volta de 1985, com resultados negativos. Embora se chegasse a produzir roças maiores, abandonaram-se as roças tradicionais e mais variadas em favor da monocultura do arroz, com fracos resultados no mercado, ocasionando perda da variedade, quantidade e qualidade alimentar.

Assim, apesar das limitações impostas ao aumento das roças tradicionais, o plantio mecanizado até hoje não conseguiu se estruturar como uma solução viável para os Manoki.

A caça, a pesca e a coleta, por sua vez, apesar de praticadas tem tido resultados cada vez piores, em função do aumento da antropização regional e das características do modelo de ocupação centrado na derrubada da cobertura vegetal para monoculturas ou pastos e no uso intensivo de agrotóxicos. As emas, siriemas e perdizes diminuíram drasticamente. Atraídas pelas plantações das fazendas, comem insetos e sementes a descoberto e morrem envenenados com pesticida. As fazendas desmatam também as matas de galeria para o plantio de soja, algodão e arroz: na época das chuvas, a terra lavada escorre para os cursos d'água levando consigo o veneno, matando os peixes e enfraquecendo a cadeia trófica, além de promover o assoreamento crescente dos cursos

d'água, a diminuição de seu fluxo e da vida silvestre. A caça portanto é rara, mas a coleta de frutos silvestres ainda é praticada, principalmente pelas mulheres e crianças. Na época do levantamento de campo, em novembro de 2000, em todas as aldeias visitadas as mulheres estavam coletando o pequi.

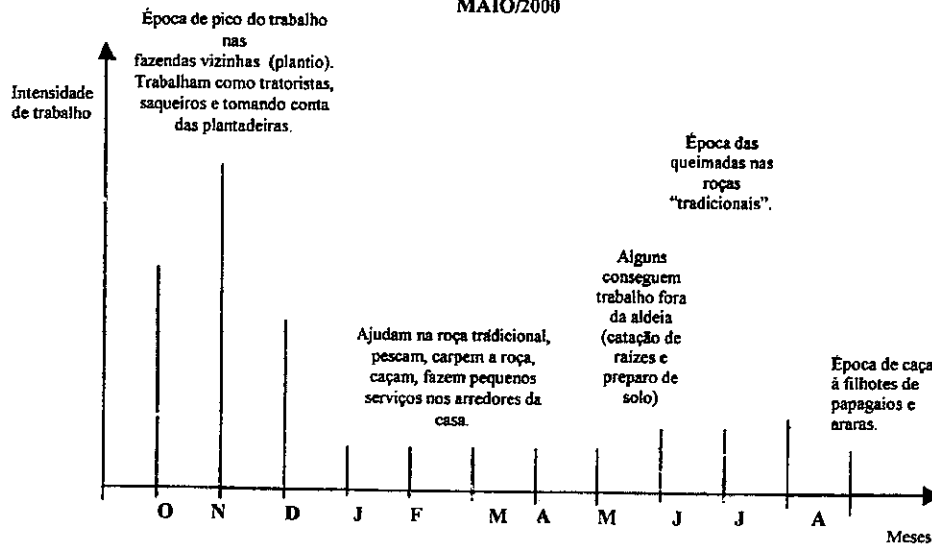
Esse processo iniciado com a chegada das primeiras fazendas na década de 1970, acentuou-se fortemente nos dias atuais, dificultando cada vez mais a reprodução do povo Manoki. O abandono gradativo e forçado de suas práticas agrícolas, promove também a impossibilidade da transmissão destas práticas para as novas gerações, assim como dos rituais e conhecimentos associados, ampliando a dependência externa e diminuindo seu espaço de autonomia. Assim é que as roças hoje existentes são poucas e quase só de mandioca. O trabalho assalariado se generaliza, diluem-se as relações de trabalho fundadas no parentesco e as sementes tradicionais correm o risco de perda definitiva.

As roças tradicionais continuam a serem realizadas, algumas vezes (cada vez mais raras) acompanhadas dos ritos tradicionais. Porém, com a crescente saída dos homens mais jovens tanto no período da derrubada, quanto no período de plantio, elas diminuem de número e de tamanho, ocasionando ainda uma reorganização do padrão tradicional de divisão de trabalho e na composição das unidades de produção.

Os que fazem roças tradicionais são os velhos, que não vão trabalhar fora. Os filhos e genros ajudam quando não estão nas fazendas, o que significa uma drástica diminuição na mão de obra requerida. Por outro lado, quase toda a parte útil das matas ciliares já foi derrubada mais de uma vez para roças. As partes que ainda não foram derrubadas são as mais acidentadas e também as que devem ser preservadas para os animais e frutas silvestres. Hoje em dia resta só a área de cerrado para o plantio e, nesta área, a única espécie que nasce melhor é a mandioca. Dessa forma, enquanto as roças tradicionais vão sendo abandonadas e se tornam empobrecidas o trabalho assalariado nas fazendas vai se tornando a regra acentuando, num círculo vicioso, o abandono das roças.

Um exemplo de distribuição do trabalho ao longo do ano pode ser visto no Calendário Sazonal (OPAN, 2000), reproduzido a seguir.

CALENDÁRIO SAZONAL
TERRA INDÍGENA IRANTXE
RECANTO DO ALÍPIO (4 participantes)
MAIO/2000



As roças tradicionais plantadas no ano 2000 eram poucas. Nas aldeias maiores foram encontradas as seguintes:

Aldeia do Paredão, só três: do Alonso, do Bastião e do José, com praticamente só mandioca mansa e brava plantada.

Aldeia da Asa Branca: só uma roça, a do Manoel, a 4 km da aldeia, com mandioca brava e mansa, arroz, batata e cará.

Aldeia do Cravari: só três roças, com mandioca brava e mansa e um pouco de cará, a do Celso, do Vito e do Luís.

Enquanto os homens encarregam-se das roças, as mulheres costumam encarregar-se dos quintais em torno das casas.

No quintal da casa de Celso e Elvira, identifiquei as seguintes espécies ocupando aproximadamente ½ hectare em torno de sua casa e da casa contígua, de seu filho:

- ✓ Uma horta pequena com alface, couve, tomate, pimentão e cebola.
- ✓ Mandioca brava e mansa em pequenas roças na frente e atrás da casa
- ✓ Um pequeno bananal na esquerda da casa
- ✓ Côco inajá
- ✓ Piqui na lateral direita
- ✓ Limão em três lugares na frente da casa
- ✓ Manga em torno da casa

- ✓ Caju em torno da casa
- ✓ Uma pequena roça consorciada com amendoim, batata e abóbora.
- ✓ E, finalmente, um galinheiro atrás da casa com apenas 4 galinhas.

Há pequena criação de galinhas em todas as aldeias, com exceção da aldeia Perdiz. São muito atacadas por doenças e por vezes é necessário comprar milho para alimentá-las, fatores que restringem muito sua criação. Além disso, há pequenas criações de porco (criados soltos) na aldeia da Asa Branca e no Recanto do Alípio.

3.1. Fontes de Renda Monetária

Os homens adultos e os rapazes tem passado cada vez mais a trabalhar fora, nas fazendas da região. Trabalham nas fazendas do Dondico, Palotinese, Sol Nascente, Mariuce, Jóia, Perdigão, Triângulo e outras. No ano de 2000 ganhavam por volta de R\$ 10 a 15 reais por dia de trabalho, ganhando comida. Por vezes trabalham de empreita. Há certos serviços, como de matar formigas, cortar raízes, etc. que permitem a volta para a aldeia nos fins de semana. Mas, na época de plantio eles devem permanecer nas fazendas durante 30 ou 40 dias sem sair.

Contraditoriamente, um dos atrativos do trabalho nas fazendas é também a possibilidade de caçar e coletar antes de voltar para a aldeia, naquelas fazendas que ainda guardam parte de sua cobertura vegetal e cujos donos eventualmente permitam aos índios empregados a realização dessas atividades.

Outras fontes de renda monetária são:

- ✓ O artesanato (cocares, redes de algodão ou de tucum, colares, etc.). comprado pela Funai ou vendido pelos índios em visita a cidades.
- ✓ Uma pequena produção de farinha e, ainda no início, a produção de mel, num projeto assessorado pela OPAN.
- ✓ No mês de setembro saem para capturar filhotes de papagaios e araras, comercializados na beira das rodovias. Entretanto, essa atividade está sendo abandonada por força da legislação ambiental vigente.
- ✓ Trabalho assalariado nas aldeias: professores indígenas, agentes de saúde.
- ✓ Aposentadoria.

Segundo o levantamento feito pela OPAN em 2000, a maior parte do dinheiro que circula nas aldeias provém das aposentadorias (eram 13 pessoas, um salário mínimo cada uma), dos professores (4 professores no conjunto das aldeias), dos agentes de saúde (7 agentes de saúde no conjunto das aldeias) e do trabalho assalariado nas fazendas. O dinheiro do artesanato, farinha e mel é muito pouco e esporádico.

Os Manoki são atendidos pela Fundação Nacional do Índio, na jurisdição de Tangará da Serra, que mantém um chefe de posto na área, e pela Operação Amazônia Nativa (OPAN), que lá mantém um indigenista. Além disso, os Manoki tem atendimento de saúde com recursos de um convênio firmado entre a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e a OPAN. A comunidade é atendida por uma equipe de saúde formada por enfermeiros contratados e por agentes de saúde indígenas que prestam assistência básica nas aldeias. Casos mais graves são encaminhados para Tangará da Serra.

Estas agências desenvolvem projetos sociais que também levam recursos para a comunidade, geralmente destinados à compra de máquinas e equipamentos e implementação de pequenos projetos.

Pelo que foi acima descrito podemos concluir, portanto, que a reprodução sociocultural do povo Manoki encontra-se bastante comprometida, em especial pela impossibilidade de acesso aos recursos naturais necessários para o desenvolvimento de seu modo de vida.

4. Meio Ambiente: Caracterização ambiental do território Manoki, a ser incorporado à Terra Indígena Irantxe.

4.1. Características Gerais

A Terra Indígena Manoki (mata) é parte do território de ocupação histórica, de reprodução biológica e cultural da etnia Manoki (Irantxe) e situa-se entre os paralelos 12° e 13°S e entre os meridianos 57° e 58°WGr., envolvendo a margem direita do Rio Cravari e a margem esquerda do Rio do Sangue.

Geograficamente esta área encontra-se na Amazônia Legal Brasileira e faz parte da Bacia Amazônica (os rios são tributários dos rio Juruena). O acesso a área, partindo da margem esquerda do Cravari, área de cerrado onde foram colocados os Manoki (Irantxe), e onde estão as sete aldeias atuais⁹, se dá principalmente através do Salto sob o Rio Cravari (12°40'25.52'' e 57°53'04.26''). Nos Anexos I e II do Relatório Ambiental encontram-se a carta de recursos e carta imagem desta área, com a proposta de delimitação.

A área destaca-se por ser totalmente uma Área de Tensão Ecológica segundo BRASIL (1982:p.413). Nas áreas de transição climática forma-se uma faixa de tensão entre as regiões fitoecológicas diferentes que entram em contato, ocorrendo uma mistura de espécies, e muitas vezes o endemismo, que caracterizam estas áreas. As regiões fitoecológicas em contato na Terra Manoki (Irantxe) são a Savana (cerrado), Floresta Ombrófila Aberta e Floresta Estacional Semidecidual. Isto é importante porque assegura uma grande diversidade de espécies vegetais e animais, possibilitando uma exploração sustentável dos recursos pelos Manoki (Irantxe).

O clima predominante é o tropical chuvoso (AW de Köppen), que é clima quente e úmido com duas estações características, uma seca e outra chuvosa. As precipitações pluviométricas médias anuais são da ordem de 1350 a 2000mm, e nos meses de julho e agosto, são registradas as menores médias pluviométricas. Enquanto nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro ocorrem as maiores precipitações.

Os solos predominantes são do tipo latossolo vermelho amarelo, vermelho escuro e areias quartzosas. As áreas de latossolo vermelho escuro apresentam melhores condições para uma agricultura mais intensiva, mas tradicionalmente os Manoki (Irantxe) reconhecem as melhores áreas através de espécies indicadoras vegetais.

⁹ Aldeias atuais : Paredão; Cravari; Recanto do Alípio; Perdizes I; Perdizes II; Recanto do Elias; Asa Branca.

4.2. Manejo dos Recursos Naturais

4.2.1. Extrativismo vegetal

A cobertura vegetal existente nesta terra indígena é floresta ombrófila e floresta estacional, matas ciliares, e em áreas onde o cerrado penetra, ocorre o cerradão. Nas matas ciliares existem diversas espécies vegetais que são alimento de peixes principalmente matrinhã e pacu, e como a pesca é uma forma tradicional de obtenção de proteína animal, o desmatamento nessa unidade de paisagem poderá significar a perda de produtividade da pesca.

Os Manoki (Irantxe) reconhecem diversas espécies vegetais que ocorrem nestas matas, que são alimento para peixes e também para aves e mamíferos. Na Tabela 1 esta forma de utilização está indicada como relação trófica. Nesta Tabela relacionam-se vários produtos do extrativismo vegetal.

Tabela 1. Extrativismo vegetal

Nº.	Nome Português	Nome Manoki (Irantxe)	Formas de utilização
01	Abobreira	Ikwaritekey	Relação trófica
02	Açaí	Wachkey	Fruta para chicha, relação trófica
03	Açaí pequeno	Watokey	Fruta para chicha, relação trófica
04	Angico		Madeira para construção de casa
05	Araruta		Consumo
06	Bacava	laakey	Fruta para chicha, relação trófica
07	Buriti	Tookey	Consumo in natura, chicha (vinho fermentado)
08	Buriti do brejo		Fazer xiri (cesto), trançado para canoa
09	Cajú do mato	Inkey	Consumo, relação trófica
10	Cambará	Hurukey	Remédio, madeira para construção de casa, planta indicadora de área boa para roça.
11	Cambará do brejo		Relação trófica
12	Canela	Kadechky	Madeira para construção de casa

13	Carandá		Suco in natura, relação trófica
14	Castanha	Tokaly	Consumo, Relação trófica
15	Cedrinho	Nemekey	Madeira para construção de casa
16	Cedro	Tatikey	Madeira para construção de casa
17	Cipó	Kalumã	Criatório de peixe, relação trófica
18	Cumbarú	Nakey	Remédio, madeira, relação trófica
19	Fruta de macaco		Relação trófica
20	Guarantã		Madeira para construção de casa
21	Imbira	Iwikey	Fazer corda
22	Inajá	Xikikikey	Fruta para chicha, palha para cobrir casa, indicadora de área boa para roça
23	Ingá		Relação trófica, consumo in natura
34	Itaúba	Marekey	Madeira para construção de casa
25	Jatobá	Kurakey	Relação trófica
26	Justa conta	Alapalakey	Fazer jangada para atravessar rio do sangue
27	Mulateiro	Aminkey	Madeira para construção de casa, lenha,
28	Negramina		Remédio
29	Pacova	Alapo	Para cobertura de casa, indicadora de área boa para roça
30	Paina do brejo		Artesanato
31	Pé de paca		Lenha, construção
32	Pequi do mato		Para bater timbó, pescaria
33	Pequiá	Tatkey	Consumo, chicha
34	Peroba	Wapkey	Madeira para construção de casa
35	Resineiro	Minkiaketiny	Resina combustível
36	Resineiro branco	Aritakey	Resina combustível
37	Roncador	Piumary	Relação trófica, fruto usado para pescar
39	Seringueira	Aunkey	Látex, relação trófica
40	Taquara	Kalamey	Confecção de flautas

41	Tarumarana		Relação trófica
42	Tucum		Fazer corda, relação trófica
43	Utiaritizeiro	Kapkey	Relação trófica

4.2.2. Manejo da caça

A caça é tradicionalmente uma atividade muito importante da etnia Manoki (Irantxe). Na área em que estão atualmente (cerrado), é praticamente nula a presença dos animais de uso na sua cultura, ocorrendo principalmente pombas e lagartos. Relataram que quando saem para caçar no cerrado, passam dias sem conseguir nenhum animal. E a nossa observação em toda a área confirmou essa escassez de animais.

Nas expedições que foram realizadas, motivados pela visão de rastros de animais, os Manoki relataram técnicas de ceva, de feitura de armadilhas e nomearam diversas árvores que serviam de abrigo e alimento para vários animais. Atualmente, espingarda calibre 12 é a principal arma utilizada para caçar animais terrestres e aves. A caça é moqueada (assada com o calor de brasas em um jirau por uma noite até dias). É um alimento muito apreciado junto com beiju de mandioca.

O modo como a caça é realizada entre os Manoki (Irantxe) tende a evitar a pressão sobre determinados animais, de tal forma que tudo pode ser aproveitado. Assim, esta ausência de pressão seletiva, favorece a sustentabilidade desta atividade. Na Tabela 2, estão relacionados alguns animais mais freqüentemente caçados pelos Manoki (Irantxe).

Tabela 2. Animais de caça dos Manoki (Irantxe) e suas relações com ambiente.

Nº.	Nome Português	Nome Manoki (Irantxe)	Relações tróficas
01	Anta		Capim, frutas, cascas de árvores
02	Arara	Katatê	Frutos do açaí, bacaba, seringueira, roncador, jatobá
03	Ararinha		Frutos do açaí, bacaba, seringueira, roncador, jatobá
04	Caititu		Flores caídas da castanheira
05	Capivara		Capim, frutas
06	Cutia	lakiuse	Frutos do jatobá, flores caídas da castanheira, de piquiá
07	Ema		Cobras, sementes, capim
08	Gavião		Filhotes de aves, lagartos, rato, cobra
09	Jacaré		Aves e peixes

10	Jacú	Omahy	Frutas e folhas do açaí
11	Jacutinga	Ohirixi Katuriy	Frutos do açaí, bacaba, seringueira, roncador, jatobá
12	Macaco Bugio	Iwiy	Frutos de buriti, jatobá, fruta de macaco,
13	Macaco Prego	Patangase, Kwatangase	Frutos de buriti, jatobá, fruta de macaco
14	Macaco Quatá	Yawamey	Frutos de buriti, jatobá, fruta de macaco
15	Macaco Zog- Zog	Matose	Frutos de buriti, jatobá, fruta de macaco
16	Macuco	Miopo	Frutos do açaí, bacaba, seringueira, roncador, jatobá
17	Mutum	Awity	Frutos do açaí, bacaba, seringueira, roncador, jatobá
18	Paca		Flores caídas da castanheira, de piquiá, frutos de jatobá
19	Porco do Mato		Flores caídas da castanheira, frutos do buriti, jatobá
20	Socó		Peixes, cobra
21	Tatu		Frutas de inajá, flores caídas da castanheira, de piquiá
22	Tucano	lokekê	Frutos do açaí, bacaba, seringueira, roncador, jatobá
23	Veado		Flores caídas da castanheira, frutos do jatobá, copaiba, buriti

4.2.3. Manejo da Pesca

Os peixes são uma fonte de proteína animal muito apreciada pelos Manoki (Irantxe), e na área atual ocorrem apenas alguns lambaris e lobós. A pesca é realizada principalmente através de linha comprida e de arpão. Nas expedições foram identificadas as unidades de paisagem: lagoas marginais, córregos, e leito de rios maiores, como o do Rio do Sangue.

Estas unidades foram georeferenciadas (Anexos I e II do Relatório Ambiental). Na margem esquerda do Rio do Sangue foram observados diversas áreas de *kalunã* (cipó),

cuja presença faz com que sejam consideradas como criatório de peixes, e também a ocorrência de diversas árvores de roncadador em frutificação, cujos frutos são alimento de pacus e matrinchãs. Na Tabela 3 relacionam-se alguns peixes e onde ocorrem na área pretendida.

Tabela 3. Peixes e onde locais onde ocorrem na área pretendida

Nº	Nome Português	Nome Manoki (Irantxe)	Locais de ocorrência
01	Cascudo		Rio 13 de Maio, Rio São Benedito , e suas lagoas marginais
02	Jaú		Rio do Sangue, poço do Rio do Sangue
03	Lambari Olhudo		Rio 13 de Maio, e suas lagoas marginais
04	Lobó		Rio 13 de Maio, Rio São Benedito
05	Matrinchã	Myá	Rio do Sangue
06	Pacu	Kalakwi	Rio do Sangue
07	Pacuzinho		Rio do Sangue
08	Piau	Walaku	Rio do Sangue, poço do Rio do Sangue
09	Piava	Walakse	Rio 13 de Maio, Rio São Benedito
10	Pintado		Rio do Sangue
11	Piraputanga		Rio do Sangue
12	Traira	Puruxy	Rio 13 de Maio, Rio São Benedito , e suas lagoas marginais
13	Trairão	lamaey	Rio do Sangue, Rio 13 de Maio, Rio São Benedito , e suas lagoas marginais

4.2.4. Agricultura tradicional e espécies vegetais

A agricultura tradicional Manoki (Irantxe) envolve os mesmos processos usados por diversos povos da Amazônia: derrubada, queimada, coivara e plantio aproveitando a concentração de nutrientes no local. As áreas manejadas desta forma são inferiores a meio hectare e com o tempo transformam-se em florestas secundárias (capoeira velha) que são usadas como fonte de propágulos, raízes comestíveis, frutos, plantas medicinais, atrativos de caça, etc.

A sustentabilidade desse processo de agricultura dependerá muito da pressão populacional numa área limitada, dos sistemas de manejo utilizados e dos períodos de pousio adotados. A área atual não dispõe das unidades de paisagem que tradicionalmente são manejadas desta forma e a grande expectativa dos Manoki (Irantxe) é retornar ao território tradicional e recuperar as antigas variedades das várias espécies e produzir os alimentos que mais apreciam.

Nas áreas identificadas como roças dos ancestrais ou “capoeira velha” ainda foram encontradas plantas de *wonaa*, cará nativo, e estas unidades de recurso poderiam ser utilizadas para a recuperação das variedades tradicionais a partir de seus tubérculos. As principais espécies usadas na agricultura tradicional Manoki (Irantxe) são: Cará (Wonaa), amendoim, araruta, ararutinha, feijão fava, mandioca e milho (Nusi).

5. Reprodução Física e Cultural

Como vimos na primeira parte desse relatório, por volta do início do século XX, quando se iniciou o envolvimento dos Manoki pelas frentes de expansão da sociedade brasileira, estes contavam com uma população estimada em cerca de 1200 indivíduos, espalhada em quase três dezenas de aldeias, localizadas nas bacias dos rios 13 de Maio, São Benedito, Membeça, na margem direita do rio Cravari e na margem esquerda do rio do Sangue.

Relacionavam-se ainda com relativa harmonia com os povos que os circundavam, como os Pareci, Nambikwara e mesmo com os Tapanhuma. Havia casamentos com os Pareci e, às vezes, até com os Tapanhuma. Mais tarde é que desentendimentos entre eles fizeram com que passassem a serem atacados com tanta intensidade pelos Tapanhuma. Com os Pareci e com os Nambikwara mantêm até hoje relações amistosas, assim como com outros povos com os quais conviveram no internato de Utiariti, como os Kaiabi do rio dos Peixes.

Naquela época, dizem os índios, a chefia passava de pai para filho. Os mais velhos se lembram de alguns grandes chefes do passado e de seus filhos que os sucederam. Assim como hoje, não existia um chefe geral, apenas os chefes de aldeia. Hoje o chefe é eleito por voto, não havendo um tempo definido de mandato de chefia. De acordo com os índios, atualmente quando se escolhe um novo chefe, há muita conversa e debates entre todos. Dialoga-se muito, os candidatos são definidos e o mais votado se torna o chefe. Suas atribuições são as de representar a comunidade em encontros fora da área, levar reivindicações à FUNAI, organizar os empreendimentos comunitários dentro da área e chamar os outros para participar. De qualquer forma, apesar de eleito por voto, a chefia atual mantém a característica central das chefias tradicionais: o chefe não manda, persuade. Ele representa a comunidade em encontros fora da área mas não pode decidir pela comunidade. Toda decisão importante é tomada em longos processos de discussão pela comunidade até que se chegue a um consenso sobre a posição a ser tomada.

Do seu sistema de parentesco tradicional parecem subsistir certos princípios gerais como os da regra de residência uxorilocal, da cooperação genros-sogro no trabalho e da descendência bilateral. Segundo o depoimento dos índios nunca houve nada como metades de parentesco ou mesmo filiações clânicas, nem as há hoje em dia. Entretanto,

nomeiam diferentemente as pessoas nascidas de casamento em que ambos os cônjuges são Manoki (*Kusivero*) dos que nasceram de cônjuge Manoki e Kaiabi (*Namanhãlu*), e Tapanhuma (*poikmia*), e Pareci (*kurare*), diferenciando-se internamente. Porém, essa diferenciação parece não ter outras implicações: todos são Manoki exercendo os mesmos papéis e funções sociais.

A manutenção de sua religião própria não os impediu de seguirem também alguns aspectos do catolicismo. Na aldeia do Cravari costumam realizar rezas coletivas aos domingos, na igreja que lá existe, e recebem visitas eventuais de um padre para celebração da missa e para realização de batismo. Dessa forma, estabelecem também relações de compadrio, algumas vezes com pessoas de fora (funcionários da FUNAI ou amigos não índios da região).

Durante todo o período em que se refugiaram em Utiariti, os vários grupos que formavam aldeias diferentes se juntaram e passaram a viver atrelados ao planejamento da Missão (com exceção de duas pequenas aldeias como já foi mencionado anteriormente). Mesmo quando foram transferidos para a reserva demarcada mantiveram-se inicialmente aldeados em torno das instalações missionárias dentro da área. Nos últimos anos vem recriando sua forma tradicional de ocupação do espaço, tendo se subdividido em várias aldeias menores, organizadas em torno de um “fundador” familiar. A configuração das duas aldeias maiores, Paredão e Cravari, aparentam ser ainda um resquício do período da tutela jesuítica.

Essa tendência a reorganizar-se segundo o padrão anterior de ocupação do espaço é obstaculizada pelas deficiências do território da reserva atual, pequena, de baixa fertilidade e praticamente sem nenhuma oferta de caça ou de pesca, obrigando-os a direcionar seus esforços em outra direção: ao atrelamento crescente no sistema econômico regional modulado pelo modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais centrado na monocultura e no trabalho assalariado.

Como vimos, a importância e a antiguidade de manejo de cada uma das espécies vegetais plantadas pelos Manoki estão registradas nos relatos dos antigos e sistematizadas num rico corpo mítico, presente até hoje no cotidiano dos Manoki.

As atividades econômicas tradicionais são intrinsecamente ligadas a atividades rituais. Tradicionalmente aconteciam as festas do período da seca e as do período das chuvas, as quais duravam aproximadamente um mês cada. Trata-se dos ritos associados às flautas sagradas (as masculinas são chamadas de *Yetá* e as femininas de *Nadipu*) de uso exclusivo dos homens. Eles as tocam, ainda hoje, de dia na casa das flautas – fora da aldeia e escondida pela vegetação – e de noite no pátio das aldeias. É proibido às mulheres e crianças vê-las, evitando-se até mesmo fazer menção à sua existência. As crenças e os ritos associados a estas flautas constituem o cerne de sua religião e de sua visão de mundo. Na época da derrubada (na estação seca), como parte da iniciação dos meninos, os homens ofereciam uma roça, supostamente feita pelas entidades representadas pelas flautas, a alguma mulher de respeito que passava a cuidar dela e redistribuir seus produtos a outras mulheres. A última roça-festa de iniciação destas flautas foi realizada por volta de 1995.

Na época da chuva havia as festas de flauta “jacuri”, na qual as mulheres também participam e tocam-se músicas referentes aos animais (tatu, tamanduá-mirim, peixe cará, gambá e todos os outros).

As roças tradicionais continuam a serem realizadas, algumas vezes acompanhadas dos ritos tradicionais. Porém, com a crescente saída dos homens mais jovens tanto no período da derrubada, quanto no período de plantio, elas diminuem de número e de tamanho, ocasionando ainda uma reorganização do padrão tradicional de divisão de trabalho e na composição das unidades de produção. Hoje em dia resta só a área de cerrado para o plantio e, nestas áreas, a única espécie que nasce melhor é a mandioca. Dessa forma, enquanto as roças tradicionais vão sendo abandonadas e se tornam empobrecidas, o trabalho assalariado nas fazendas vai se tornando a regra acentuando, num círculo vicioso, o abandono das roças, a piora das condições alimentares e das condições de vida.

Assim, a reprodução sociocultural do povo Manoki encontra-se bastante comprometida pela impossibilidade de acesso aos recursos naturais necessários para seu modo de vida.

5.1. A importância do território identificado

Através das observações nas expedições e da carta imagem, verificou-se que a área pretendida para ampliar o território Manoki (Irantxe) atual é composta por florestas ainda bem conservadas, que representam mais de 80% do território, principalmente nas microbacias do rio do Sangue (Manamiaky¹⁰), do rio 13 de Maio (Talunakanaly¹¹), e do rio São Benedito (Sonkalamey¹²). As maiores alterações encontram-se na margem direita do Rio Cravari (Mankakianaly¹³) através de desmatamentos realizados por fazendeiros para instalar pastagens e da retirada de algumas espécies madeireiras.

A manutenção das florestas significa, além da presença de espécies vegetais úteis para a coleta para os fins alimentares, medicinais e artesanais, os recursos para a presença de diversas populações de animais que podem ser usadas para o manejo de caça. As matas ciliares bem conservadas nos principais rios possibilita a manutenção de recursos pesqueiros tão apreciados pelos Manoki (Irantxe).

A análise de solos em amostras retiradas a 20cm de profundidade (Anexo III do Relatório Ambiental), em áreas que os Manoki (Irantxe) indicaram como adequadas a instalação de roças, mostrou solos pobres e ácidos, como era esperado nas classes de solo presentes (latossolo vermelho amarelo, vermelho escuro e areias quartzosas), mas os solos sob vegetação de cerrado, onde estão atualmente, são bem piores (amostra 12). As amostras na margem esquerda do rio do Sangue e do rio 13 de Maio mostraram maior saturação de bases que na margem direita do Cravari, e nessa região encontram-se manchas de solo mais escuro, e também com maior teor de fósforo que o observado na amostra de solo do cerrado, que foi quase zero (0,3).

¹⁰ Na língua Manoki: rio grande, rio dos Beiços de Pau

¹¹ Rio do cipó do mato, aquele que é indicador de terra boa para plantio.

¹² Rio das frutas.

¹³ Rio que sai do mato e entra no campo. O rio Membroca é chamado de Kakekanali, ou seja, o lugar das taquaras.

Como vimos, a área identificada para compor a Terra Indígena Manoki (Irantxe) tem toda a sua extensão em área de tensão ecológica. Isto proporciona um mosaico de vegetação, diversas unidades de paisagem e uma riqueza de recursos vegetais e animais que poderá ser explorada e manejada de forma sustentável pelos Manoki (Irantxe).

A prática da pesca é considerada muito importante e durante as expedições¹⁴ aos rios, os peixes pescados eram moqueados com muito cuidado para serem levados para os que ficaram nas aldeias. Utiliza-se principalmente o canal dos rios, lagos, e as lagoas marginais, que são freqüentes no território tradicional pretendido, tanto nas proximidades do rio 13 de Maio, como do rio do Sangue.

Praticamente não existem recursos pesqueiros e nem de caça, na Terra Indígena Manoki (Irantxe) atual (cerrado). O manejo de animais para caça, com a identificação de praias, barrancos e saleiros naturais também representa uma forma de utilização dos recursos, e vários locais foram mapeados e georeferenciados durante as expedições (Anexos I e II do Relatório Ambiental). Através dos sons emitidos pelos animais e da presença de rastro, os Manoki (Irantxe) identificam vários locais com potencial para manejo da caça.

Diversas áreas onde foram conduzidas roças pelos seus ancestrais foram identificadas como “capoeira velha”, e nestas áreas ainda estavam presentes plantas de cará (*Dioscorea* spp.), espécie que deu origem a agricultura Manoki (Irantxe), relatada em um dos mitos. Esta espécie possui hastes volúveis e, apoiando-se em árvores, pode atingir até 20 metros de altura. Os tubérculos distribuem-se no solo até uma profundidade de 1 metro. É um importante recurso alimentar que os Manoki (Irantxe) têm muito interesse em recuperar.

O manejo feito pelas populações indígenas da Amazônia e principalmente os tipos de agricultura que realizam são perfeitamente adequados para a utilização destas áreas, de uma forma sustentável, assegurando a reprodução e manutenção dos Manoki (Irantxe) neste território.

6. Levantamento Fundiário

Participaram do trabalho de levantamento fundiário das ocupações não indígenas, os servidores Flávio Ohashi /Engenheiro Agrônomo da AER-Belém, Robson Freire da Silva /Chefe do Pin Irantxe, ambos da FUNAI, e Luis Cristo de Arruda /Téc. em estrada do INTERMAT.

Definida a área a ser delimitada pela equipe de identificação e delimitação, a área objeto do levantamento fundiário ficou localizada ao lado leste, contígua a área demarcada dos índios Irantxe, começando pela margem direita do Rio Cravari, seguindo a margem direita do rio Treze de Maio, margem esquerda do rio do Sangue, margem esquerda do rio Menbeca, até fechar com o Rio Cravari, em uma superfície de aproximadamente 206.400 ha.

¹⁴ Durante os trabalhos de campo, em novembro de 2000 e em janeiro de 2001 foram feitas expedições acompanhadas por uma equipe de índios conhecedores da região, aos rios Cravari, 13 de Maio, Sangue e São Benedito.

O levantamento de campo baseou-se no procedimento de contato informal com o ocupante, dirigido pelo membro do GT responsável pelo serviço fundiário (explicando as razões do trabalho); vistoria da área (com entrevista e coleta de informações do ocupante /preenchimento do formulário de LV e LS); identificação de coordenadas geográficas sobre a localização do imóvel com benfeitorias, mediante uso do GPS e registro de algumas benfeitorias, com o respectivo número de ordem da vistoria, mediante uso de máquina fotográfica.

6.1. Levantamento Fundiário da Área

O GT detectou a existência de 20 ocupações com benfeitorias. Desse total, em 18 ocupações foram preenchidos o formulário LV, e em 02 (duas) ocupações não foi permitido o preenchimento do formulário por recusa do proprietário, que impediu o acesso e não permitiu o levantamento fundiário. Além destas propriedades, o levantamento cartorial indicou a existência de mais três propriedades sem benfeitorias visíveis.

De acordo com os LV's preenchidos, a relação de ocupantes não índios identificados são os seguintes:

- 1 - Hélio Turquino/Fazenda Rival
- 2 - Ivo Palaro/Fazenda Membeca
- 3 - Roberto Briant
- 4 - José Waldir de Oliveira Morais/Fazenda Criuva
- 5 - Clóvis José Minozzo/Fazenda Nativa
- 6 - Juarez Pereira de Souza/Fazenda Primavera
- 7 - Antonio Alves de Melo/Fazenda Riozinho
- 8 - Elói Sadi Bulow
- 9 - Celso de Ávila e Clesio Ávila /Fazenda Pacoval
- 10 - João Carlos Correa /Machadinha Agroindustrial Ltda.
- 11 - Marcelo Giacomet /Fazenda Vacaria
- 12 - Edward Rossi Vilela
- 13 - Ricardinho Antero Giacomet /Fazenda Idalina
- 14 - Phillips Monteiro Laigner Costa /Fazenda Daiana
- 15 - Gilmar Curioni e Outros /Fazenda Via Campus
- 16 - Antonio Fraga Zwicker /Fazenda Nova Bavária
- 17 - Moacir José Vasconcelos Visquitino /Fazenda Córrego Seco
- 18 - Ivan Kremer de Lima /Fazenda Agropecuária João Barreto

Além disso, procedeu-se à medição pura e simples das dimensões das referidas benfeitorias, com o uso de trena, verificando-se tipo e característica (material utilizados de construção, idade aparente e estado de conservação), caso a caso, por cada imóvel vistoriado. No caso de culturas permanentes e pastagens artificiais, conferia-se a quantidade de pés por cada cultura e media-se o tamanho da área de pasto, atentando-se para idade aparente, estado de conservação, estado fitossanitário das mesmas, e em que condições foi preparada a área de exploração agropecuária (se mecanizada ou manual), tendo-se o cuidado de computar horas/trator na mecanização e homens/dias, no preparo manual, todos os procedimentos de identificação do ocupante foram aplicados em LV e registro das benfeitorias do imóvel em fotografia.

Durante as vistorias detectamos em vários casos, conforme demonstram os conteúdos dos LV, que os ocupantes não índios não cumprem rigorosamente a legislação ambiental e florestal. O modo de exploração da área ocorre sem o devido amparo legal e está prejudicando o ecossistema da região estudada; os exemplos evidentes são os casos de algumas fazendas identificadas, cujas reservas florestais são inexistentes, sendo a totalidade da fazenda utilizada para atividades pecuárias. Outros casos são os ocupantes proprietários de serrarias, realizando derrubadas de árvores e retirada de madeiras para exploração semi-industrial, em sua maioria sem a licença do IBAMA. Por força destas situações os membros do GT consultaram os escritórios do IBAMA local, em Brasnorte e em Cuiabá, no sentido de verificar existência de Projeto de Manejo Florestal e Licença de Desmatamento liberado pelo referido órgão nos imóveis vistoriados pelo GT.

Durante o desenvolvimento do trabalho o GT teve o acompanhamento dos índios em todos os momentos da vistoria, a fim de possibilitar aos mesmos o reconhecimento de seu antigo habitat, testemunharem os impactos ambientais causadas pela exploração desenfreada dos recursos florestais praticadas pelos ocupantes madeireiros e de poderem tomar consciência do estado geral de ocupação do seu território.

6.2. Outros Levantamentos

Os levantamentos de informações ambientais, cartoriais, fundiárias e de pesquisa de preços foram feitos em Brasnorte e nas sedes dos municípios vizinhos, tais como, Campo Novo do Parecis, Tangará da Serra, Diamantino e na cidade de Cuiabá- MT, com consulta junto as instituições públicas e privadas, entre as quais, o IBAMA, EMPAER-MT, Banco do Brasil, INCRA, INTERMAT, INDEA, Cartório de Registro de Imóveis, e diversas casas comerciais, conforme consta na relação de planilhas no Relatório Fundiário completo. No Relatório Fundiário completo (Anexo 4) encontra-se descrita a metodologia para a elaboração de tabela de avaliação de benfeitorias reprodutivas e não-reprodutivas e dos critérios de avaliação de tais benfeitorias. Além disso, como resultado das pesquisas cartoriais, o mencionado Relatório Fundiário enumera os registros de todas as propriedades encontradas, aquelas 18 sobre as quais pudemos aplicar a LV (listadas em tabela anterior), as duas nas quais não obtivemos licença para aplicar a LV e outras três sem benfeitorias visíveis. O quadro demonstrativo a seguir sintetiza estas informações – nome do ocupante, localidade, nome do imóvel, situação de ocupação, área e se há benfeitorias.

No. do LV A	Nome do ocupante	Localidade	Nome do Imóvel	Situação da ocupação	Resi- de no imo- vel	ocupa (anos)	Área (ha)	Fa mí lia s	No. de pess oas	Benf eitor ias
01	Hélio Turquino	Gleba Tibagi	Faz. Rival	Propriedad e	Não	15	6275,00	01	04	Sim
02	Ivo Palaro	Membeca	Faz. São Ângelo	Propriedad e	Sim	05	3267,25	01	07	Sim
03	Roberto Briant	M/D Rio Cravari	S/nome	Posse	Não	07	S/inform	01	01	Sim
04	José Valdir de Oliveira Moraes	Membeca	Faz Criuva	Posse	não	02	S/inform	01	01	Sim

05	Clóvis José Minozzo	Gleba Centro Oeste	Faz Nativa	Propriedade	Não	03	3400,00	01	02	Sim
06	Juarez Pereira de Souza	M/D Rio Cravari	Faz Primavera	Propriedade	Não	05	800,00	--	---	Sim
07	Antonio Alves de Melo	M/D Rio Cravari	Faz Riozinho	Propriedade	Não	05	2700,67	---		Sim
08	Eloi Sadi Bulow	M/D Rio Cravari	S/denominada.	Propriedade	Não	02	2500,00	---		Sim
09	Celso e Clésio Ávila	M/D rio 13 de Maio	Faz Pacoval	Propriedade		11	1210,00	01	03	Sim
10	João Carlos Correia	M/D rio do Sangue	Machadinha agroindústria S/A	Propriedade	Sim	07	1210,00	16	50	Sim
11	Marcelo Giacomet	M/D rio do Sangue	Faz Vacaria	Propriedade	Não	02	1633,54			Sim
12	Edward Rossi Vilela Silva	M/D rio do Sangue	S/denominada.	Posse	Não	20	S/informa	01	04	Sim
13	Ricardinho Antero Giacomet	M/D rio do Sangue	Faz Idalina	Posse	Não	02	1950,00	01	03	Sim
14	Philips Monteiro Laigner Costa	Membeça	Faz Daiana	Posse	Não	03	12000,00	01	02	Sim
15	Gilmar Curioni e outros	Cabeceira do rio 13 de Maio	Faz Viacamp	Propriedade	Não	02	4999,30	01	04	Sim
16	Antonio Fraga Zwicker	M/D rio Cravari	Faz Nova Bavária	Propriedade	Não	05	S/informa	04	16	Sim
17	Moacir José Vasc. Visquitino	Cab barra Capanema	Faz Córrego Seco	Posse	Não	04	S/informa	01	01	Sim
18	Ivan Kremer de Lima	Cab barra Capanema	Faz Agropecuária J. Barreto	Posse	Não	10	S/informa	01	02	Sim
19	Natalino Aldra	---	----	Propriedade	Não	----	8313,21	--	--	----
20	Nivaldo Neumann	Campo Novo do Parecis	-----	Propriedade	Não	-----	3000,00	---	---	----
21	Nivaldo Neumann	Campo Novo do Parecis	-----	Propriedade	Não	-----	1075,27,00	---	---	----
22	Neiva Marli Zacche Neumann	Campo Novo do Parecis	-----	Propriedade	Não	-----	1000,00	---	---	----
23	Ricardinho Antero Giacomet	Gleba Sucuruina I	-----	Propriedade	Não	-----	1000,00	---	----	----

O mapa que serviu de subsídio para demonstrar todas as ocupações vistoriadas pelos membros do GT de levantamento fundiário, foi confeccionado e fornecido pelo técnico Mário dos Santos Alves /Técnico em Agrimensura, /AER/Goiânia, membro do GT e integrante da equipe de identificação e delimitação da área de proposta dos índios Manoki (Irantxe).

7. Proposta de Delimitação da Terra Indígena Manoki (Irantxe)

O perímetro da área delimitada como Terra Indígena Manoki (Irantxe) está indicado na Planta de Delimitação (Anexo 1), compreendendo a margem direita do rio Cravari, dando continuidade a Terra Indígena atual, a margem direita do rio 13 de Maio, margem esquerda do rio do Sangue e fechando na margem esquerda do rio Membeca, até uma linha seca que alcança pelo outro lado a área já demarcada.

Compreende portanto as áreas mais preservadas e, o que é mais importante, mantém dentro da Terra Indígena as nascentes do rio 13 de Maio e os principais afluentes do rio São Benedito, que são rios com diversos recursos e potencial de uso em suas bacias, sendo, portanto, imprescindíveis à sobrevivência física e cultural do grupo. A margem esquerda do rio do Sangue apresenta muitas espécies para alimento de peixes e várias lagoas marginais que são importantes para a reprodução dos peixes. Além disso, nesta região encontram-se várias manchas de solos melhores e matas ainda preservadas.

Essa região abrigou no passado inúmeras aldeias Manoki, locais conhecidos pelos índios e nos quais seus antepassados estão enterrados.

Por outro lado deixou-se fora dessa delimitação boa parte do território histórico (margem direita do rio Cravari até a confluência com o rio do Sangue e margem esquerda do rio 13 de Maio) conforme Anexos I e II do Relatório Ambiental, pois já está bastante alterada por assentamentos e fazendas, não apresentando qualidades ambientais mínimas para a subsistência física e cultural dos índios.

Portanto esta área mínima delimitada poderá, por suas características de preservação dos recursos indicadas neste relatório, assegurar a reprodução e manutenção dos Manoki (Irantxe), com a revitalização de sua cultura e retomada de práticas agrícolas, de caça, de coleta e de manejo sustentável dos recursos. Por outro lado, será necessário o apoio em projetos posteriores para recuperar as áreas degradadas, com sistemas agroflorestais por exemplo, e controlar a pressão de ocupação desordenada no entorno da Terra Indígena.

8. Conclusões

Os estudos antropológico e ambiental realizados para a identificação e delimitação da Terra Indígena Manoki (Irantxe), permitem finalizarmos com as seguintes conclusões:

1. Os Manoki foram sendo expulsos de seu território histórico num longo processo, que se iniciou no começo do século XX, marcado por massacres, epidemias constantes, ataques dos Rikbaktsa e Tapanhuma e culminou com seu quase extermínio e consequente transferência para a missão jesuítica, em meados do século XX.
2. De lá foram transferidos para uma reserva indígena decretada em 1968 e demarcada posteriormente. Esta área demarcada, para onde foram transferidos, não corresponde ao território onde historicamente viviam e dele difere significativamente do ponto de vista ambiental. Seu território histórico era, em boa parte, florestado, entretanto a área demarcada para eles é de cerrado.

3. Suas condições de vida dentro da área demarcada são muito ruins, pois as limitações da área (de tamanho, de qualidade de solo, de tipo de flora e fauna) impedem a sua reprodução sociocultural de acordo com seus usos, costumes e tradições.

4. O território ora identificado e proposto para delimitação, visando a ampliação dos limites da Terra Indígena Irantxe já demarcada, é parte constitutiva do território histórico Manoki (Irantxe), conforme demonstram os documentos históricos, os depoimentos dos padres e indigenistas que participaram do processo de envolvimento dos índios pela sociedade nacional e conforme atesta a memória dos próprios Manoki, vários deles testemunhas de parte significativa de sua história de contato.

5. Apesar de transferidos para fora de seu território histórico, sempre o freqüentaram utilizando-se de seus recursos naturais – caça, pesca e coleta. Até a década de 70 evitaram lá fazer aldeias com medo de seus inimigos Rikbaktsa e Tapanhuma. Da década de 1970 em diante a crescente ocupação da região por fazendas passou a cercar suas atividades fora da área demarcada. Só aí tomaram consciência da perda territorial e passaram a reivindicar a alteração dos limites da área demarcada.

6. A identificação dos diversos componentes ambientais e unidades de recurso desta Terra Indígena e a localização de vários dos locais das antigas aldeias e cemitérios, confirmam o atendimento da proposta de delimitação apresentada pelo GT e indicam, em termos gerais, uma área compreendendo a margem direita do rio Cravari, dando continuidade a Terra Indígena atual, a margem direita do rio 13 de Maio, margem esquerda do rio do Sangue e fechando na margem esquerda do rio Membeca, até uma linha seca que alcança pelo outro lado a área já demarcada. Estes limites estão descritos de forma mais definida no Memorial Descritivo de Delimitação, em anexo a este relatório.,

7. A Terra Indígena Manoki (Irantxe) identificada por este GT é composta por florestas ainda bem conservadas, que representam mais de 80% do território, e por uma parte das microbacias dos rios do Sangue, 13 de Maio, São Benedito e Membeca, com pouca atuação antrópica.

8. O levantamento dos recursos da Terra Indígena Manoki (Irantxe) agora identificada mostra que nesta área é possível assegurar a reprodução e manutenção dos Manoki (Irantxe), com a revitalização de sua cultura e retomada de práticas agrícolas, de caça, de coleta e de manejo sustentável dos recursos, atendendo assim ao disposto na legislação, especialmente ao § 1º. do artigo 231 da Constituição Federal.

9. Bibliografia consultada

AD GENTES - 1966 - Decreto Ad Gentes „Concílio Vaticano II. Petrópolis, Vozes. (Documentos Pontifícios, n.156).

ARRUDA, Rinaldo - 1983 - Relatório de Avaliação da Situação Iranche. FIPE/MINTER/SUDECO. Relatório III, vol. II, junho/dezembro de 1983.

ARRUDA, Rinaldo - 1986 - Relatório de Avaliação da Situação Iranche. FIPE/MINTER/SUDECO, janeiro de 1986.

- ARRUDA, Rinaldo - 1986- Relatório de Avaliação da Situação da área Indígena de Utiariti. FIPE/MINTER/SUDECO, janeiro de 1986.
- ARRUDA, Rinaldo - 1986- Relatório de Avaliação da Situação da área Indígena de Tirecatunga. FIPE/MINTER/SUDECO, janeiro de 1986.
- ARRUDA, Rinaldo - 1992 - Os Rikbaktsa: mudança e tradição. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BRASIL MISSIONARIO - 1963 - Revista Ilustrada do Instituto Missões Consolata, ano 1, numero 1.
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Secretaria Geral. 1982. Projeto RADAMBRASIL. Folha SD.21 Cuiabá; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 544p., il. 5 mapas (Levantamento de Recursos Naturais, 26).
- CABIXI, Daniel - 1984 - A Questão Indígena. Centro de Documentação Terra e Índio - CDTI, Cuiabá.
- CAMELLO, João Antonio Cabral - 1863 - "Noticias praticas das minas do Cuiabá e Goyazes, na Capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Soares o Capitão João Antonio Cabral Camello, sobre viagem que fez às minas do Cuiabá no anno de 1727". Em Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 25: 437-449.
- CAMPOS, Antonio Pires de - 1862 - "Breve notícia que dá o Capitão Antonio Pires de Campos do gentio barbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuyabá e seu reconcavo, etc." Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 25: 437-449.
- CASTELNAU, Francis - 1949 - Expedição às regiões centrais da América do Sul. Editora Nacional, série Brasileira 266.
- CHANDLESS, W - 1862 - "Notes on the River Arinos, Juruena, and Tapajós". Em The Journal of the Royal Geographic Society. London 32: 268-280.
- Conclusões de Medellin - 1973 - Documento nº 4, sobre educação. Vozes.
- CORREA FILHO, Virgílio - 1969 - História do Mato Grosso. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro.
- COSTA, Romana M. Ramos - 1985 - Cultura e Contato: um estudo da Sociedade Paresi no contexto das relações interétnicas. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional.
- DAVIS, Shelton H. - 1977 - Victims of the Miracle: Development and the Indians of Brazil. Cambridge University Press.
- DELLA CAVA, Ralph - 1986 - "A Igreja e a abertura, 1974-1985". Em A Igreja nas Bases em Tempo de Transição, (org. Paulo Krischke e Scott Mainwaring), LPM/CEDEÇ Porto Alegre, 1986: 23.
- DORNSTAUDTER, Pe. João E - 1975 - Como Pacifiquei os Rikbaktsa. Pesquisas, História n. 17, Instituto Anchieta de Pesquisas, R.G.S.
- DORNSTAUDTER, Pe. João E - 1976 - Relatório Testemunho do Pe. João Evangelista Dornstaudter. Mimeo. Arquivo da OPAN.

- DORNSTAUDTER, Pe. João E. - s/d - Manuscritos e relatos não publicados de suas atividades e dos acontecimentos relacionados com a atuação da missão a partir de Utiariti.
- FERREIRA, Joaquim Alves - 1905 - "Notícia sobre os índios de Matto-Grosso dada em ofício de dez de dezembro de 1848 ao Ministro e Secretário de D'Estado dos Negócios do Império, pelo Diretor Geral dos Índios da então Província". O Archivo, 2: 79-96, Cuiabá.
- GRUMBERG, Georg - 1970 - Beitrage zur Ethnographie der Kayabi Zentralbrasilien. Tese de Doutorado pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Viena e publicado em Archiv fur Volkerkunde, volume 24: 21-186, Viena, 1970. Traduzido por Eugênio Wenzel sob o título Contribuição para a etnografia dos Kayabi do Brasil Central. Datilo.
- JUNQUEIRA, Carmen - 1991 - A Questão Indígena no Brasil: evolução, principais problemas e perspectivas de ação governamental. Texto inédito.
- LEITE, Arlindo G. de O. - 1982 - A Mudança na Linha de Atuação Missionária. Edições Paulinas.
- LENHARO, Alcir - 1986 - Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Ed. da UNICAMP, Campinas, 2ª edição.
- LISBOA, Thomáz de Aquino (JAUKA) - 1979 - Entre os índios Munku : a resistência de um povo. Loyola, São Paulo.
- LYRA, João Salustiano - Variante da Ponte de Pedra ao salto Utiariti e Aldeia Queimada. Publicação n. 7, Anexo n. 3 da Comissão de Linhas Telegraficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Rio de Janeiro, Papelaria Luiz Machado.
- MELLO, Dom Alonso Silveira de, S.J. - 1975 - "Missão do Mangabal do Juruena" em Pesquisas, História nº 18. Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, Rio Grande do Sul.
- METRAUX, A. - 1942 - The Native Tribes of Western Bolívia and Western Mato Grosso. Bulletin 134, Smithsonian Institute, Washington.
- Missão Rondon - ANÔNIMO - 1916 - Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegraficas Estratégicas de Matto-Grosso ao Amazonas sob a direção do coronel de engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915. Rio de Janeiro.
- MOURA E SILVA, José de - 1957 - Os Irantxe - contribuição para o estudo etnológico da tribo. Pesquisas I, Instituto Anchietano de Pesquisas, Porto Alegre.
- MOURA E SILVA, José de - 1959 - A Companhia de Jesus Rediviva no Mato Grosso : anotações para uma história da Missão. Mato Grosso, datilo.
- MOURA E SILVA, José de - 1960 - Os Munku. 2.ª contribuição ao estudo da tribo Irantxe. Pesquisas 10, São Leopoldo
- MOURA E SILVA, José de - 1966 - A catequese indígena, relatório da Missão Anchieta em Utiariti, mimeo.
- MOURA E SILVA, José de - 1975 - "Fundação da Missão de Diamantino". Em Prelazia de Diamantino. Pesquisas, História 18. Ed. Instituto Anchietano de Pesquisas,

Rio Grande do Sul.

- MOURA E SILVA, José de - s/d - Diamantino, 1728-1978: 250 anos. Documentário. Imprensa Universitária da Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá.
- MOURA E SILVA, Pe. José de ; PEREIRA, Pe. Adalberto Holanda - 1975 - História dos Múнку (Manoki (Irantxe)). Pesquisas 28. Instituto Anchietano de Pesquisas, R.G.S.
- NIMUENDAJU, C. - 1963 - "The Cayabí, Tapanyuna, and Apiacá". Em STEWARD, Julian H. (editor) Handbook of South American Indians. Cooper Square Publishers, New York, vol. 3, 1963: 307-321.
- Notícias - Província Brasil Central – Ano X, no. 3, Rio de Janeiro, julho-Setembro de 1948. “1ª. ida á maloca dos Manoki (Irantxe)s: Do Ir. Luis C. Freitas ao Rev. P. Provincial: Utiariti, pp. 305-310.
- Notícias - Província Brasil Central – Ano XXII, no. 2, Rio de Janeiro, Setembro de 1948. “Missão do Mato Grosso: de uma carta do P. Bannwarth aos Irs. Filósofos”., pp.50-54.
- Notícias - Província Brasil Central – Ano XXIII, no. 2, Rio de Janeiro, Setembro de 1949. “Missão do Mato Grosso: de uma carta do P. Bannwarth ao sr. Chaves”, pp. 84-86.
- OLIVEIRA, R. C. de – 1968 – Urbanização e Tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes. Rio de Janeiro, Zahar editora.
- OPAN – Diagnóstico na Terra Indígena Irantxe Estado de Mato Grosso- Relatório Final. Cuiabá, OPAN, 2000.
- OPERAÇÃO ANCHIETA (OPAN) - 1987 - Ação Indigenista como ação política. Ed. pela Operação Anchieta, Cuiabá.
- OPERAÇÃO ANCHIETA (OPAN) - 1992 - Programa Trienal 1993- 1995. Cuiabá.
- PEREIRA, Adalberto de Holanda, S.J. - 1969 - Diretório Indígena, Utiariti, MT, agosto de 1969.
- PEREIRA, Adalberto de Holanda, S.J. - 1985 – O Pensamento Mítico Iranxe. Pesquisas no. 39, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas.
- PEREIRA, Adalberto de Holanda, S.J. - s/d - Heróis do Juruena. Universidade Federal do Mato Grosso, datilo.
- PEREIRA, Pe. Adalberto Holanda; MOURA E SILVA, Pe. José de - 1975 - História dos Múнку (Manoki (Irantxe)). Pesquisas 28. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas.
- PIVETA, D. L. e BANDEIRA, M. L. Iranxe : luta pelo território expropriado. UFMT, Imprensa Universitária, 1993.185 p.
- PIVETA, D. L. Processo de ocupação das dilatadas chapadas da Amazônia Meridional: Iranxe – educação etnocida e desterritorialização. Dissertação de Mestrado. UFMT. 1993. 250p.
- Projeto RADAMBRASIL - 1980 - Levantamento de Recursos Naturais. Rio de Janeiro, Ministério das Minas e Energia e Departamento Nacional de Produção Mineral.

- ROBERTO, Fátima -1986 - Agora os Brancos é que são Índios: Uma Reflexão sobre a Implantação das Linhas Telegráficas em Mato Grosso e a Expropriação de Territórios Tribais, apontando para a Situação do Parecí-Waimaré e Parecí-Kaxiniti na sua Condição Urbana Atual. Comunicação apresentada no Seminário de Pesquisa promovido pelo Departamento de História da Universidade Federal do Mato Grosso.
- RONDON, Cândido M. da Silva - Índios do Brasil. vol. II.
- RONDON, Cândido M. da Silva – 1910 – Ethnographia. Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas. Anexo n.5, História Natural. Rio de Janeiro.
- RONDON, Cândido M. da Silva - 1915 - Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento da Guerra pelo Tenente Coronel Candido Mariano da S. Rondon. Segundo volume, construção. Publicação 39 do Catálogo Geral das Publicações da Comissão Rondon e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Ministério da Agricultura, 1907 - 1910.
- RONDON, Cândido M. da Silva - 1916 - Conferências realizadas nos dias 5, 6 e 9 de outubro de 1915 ... sobre os trabalhos da Expedição Roosevelt e da Comissão Telegraphica. Rio de Janeiro. Comissão Rondon, 42.
- RONDON, Cândido M. da Silva – 1946 – Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e São Paulo. Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas, Publicação n. 68. Rio de Janeiro. A 2ª. edição, publicada pela Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.
- ROOSEVELT, Theodore - 1976 - Nas selvas do Brasil. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte; Ed. da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard - 1935 - Rondônia. Cia. Editora Nacional, Série Brasileira, 3ª edição, Rio de Janeiro.
- SANCHEZ, R. O. - 1991 - Zoneamento Agroecológico do Estado de Mato Grosso. Fundação de Pesquisas Cândido Rondon. Cuiabá, Mato Grosso.
- SCHMIDT, Max - 1942 - "Los Iranche". Revista de la Sociedad Científica del Paraguay. Revista de Ciências Físicas, Naturales y Matemáticas. Tomo V, no 6: 35-44.
- SCHMIDT, Max - 1943 - "Los Paressis". Revista de la Sociedad Científica del Paraguay, 6 (1): 1-226.
- SCHMIDT, Max 1942a - "Resultados da minha expedição bienal a Mato Grosso de Setembro de 1926 a Agosto de 1938". Boletim do Museu Nacional XIV-XVII, 1938-1941, pp. 241/285. Rio de Janeiro.
- SCHMIDT, Pe. Edgard - 1968 - Relatório da Missão Anchieta. mimeo. Arquivo da OPAN.
- SERRA, Ricardo Franco de Almeida - 1884 - "Extrato da descrição geographica da província de Matto Grosso feita em 1797". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 6: 156-196. Rio de Janeiro.
- WEBER, Waldemar S. J. - s/d - A semana do índio e um dia na Missão Anchieta. Utiarity. mimeo.

WEBER, Waldemar, S.J. - 1958 - Missão Anchieta de Diamantino - Relatório de 1958 .
Datilo.

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE REVISÃO DE LIMITES DA TERRA INDÍGENA MANOKI (IRANTXE).

Referência: Processo FUNAI/BSB/N.º 1600/82. Terra Indígena: Manoki (Irantxe). Superfície: 252.000 ha. Perímetro: 287 km. Localização: Município de Brasnorte, no Estado de Mato Grosso. Sociedade Indígena: Manoki.(Irantxe) Família lingüística: Manoki (Irantxe) isolada. População: 250 habitantes (2000). Identificação e Delimitação: Grupo técnico instituído pela Portaria FUNAI/BSB/no. 1144/ DOU 09/11/2000, coordenado pelo antropólogo Rinaldo Sérgio Vieira Arruda.

1. Dados Gerais

Os Manoki localizam-se em duas áreas indígenas no Estado de Mato Grosso: a T.I. Irantxe, na região do rio Cravari na altura do paralelo 13º. e a T.I. Myky, às margens do rio Papagaio, mais ao norte, perto do paralelo 12º. Este relatório tratará apenas do grupo que vive na T.I. Irantxe, atendendo a determinação legal de revisão dos limites de seu território. A denominação *Irantxe*, pela qual ficaram conhecidos na sociedade brasileira nada significa para estes índios. Estes índios se autodenominam **Manoki**, nome pelo qual nos referiremos a eles, a partir de agora.

O território histórico do povo **Manoki**, de acordo com a memória tribal e com os registros históricos, se estendia pela margem esquerda do rio do Sangue e margem direita do rio Cravari, limitando-se ao sul com o córrego Membeca e ao norte na junção do rio Cravari com o rio do Sangue. A importância das inúmeras trilhas indígenas para a penetração das frentes de expansão é atestada por João Salustiano Lyra (Public. N.7, anexo 3, da Comissão Rondon), em texto referente à exploração do vale do rio Cravari em 1907. Rondon nas suas "Conferências" (1910) refere-se aos Irantxe e localiza seu território nessa mesma área; assim como Roquette-Pinto (1935); Max Schmidt (1928, 1942), Pe. João Dornstaudter, que, em 1952, visitou várias malocas produzindo um mapa da região de ocupação dos Manoki; por Moura (1960:5), Pereira e Moura e Silva (1975:13), Pereira (1965:105), Métraux, (1942:161). Essa localização também é referida nos mitos e na memória tribal. Pivetta (1993) em sua pesquisa de 1992, reconstituiu com o auxílio dos Manoki mais velhos uma lista de 27 aldeias antigas, localizadas entre o rio Cravari e o rio do Sangue, nas bacias do rio 13 de Maio, São Benedito e Membeca, (limite sul de seu território histórico), estimando uma população de mais de 1000 pessoas no início do século XX.

A história do envolvimento dos Manoki (Irantxe) pela sociedade nacional está intimamente ligada ao processo de ocupação regional e este, por sua vez, foi profundamente modelado pelas frentes de expansão seringalistas, pela atuação do Estado e pela presença jesuítica. O primeiro contato dos Manoki com as frentes de expansão da sociedade nacional deu-se por volta do ano de 1900 quando seringueiros promoveram um massacre da população de uma de suas aldeias no córrego Tapuru, afluente da margem direita do rio Cravari. O segundo contato foi pacífico: em 1909 um grupo deles foi à estação Utiariti, na margem direita do rio Papagaio, querendo ferramentas. Desta data até 1932, grupos de Manoki visitavam a estação telegráfica de Utiariti à procura de ferramentas de aço e sem nunca revelarem o local de suas aldeias. De 1932 até 1946, os Manoki deixaram de visitar a linha telegráfica e se mantiveram arredios ao contato.

A linha telegráfica tornou-se obsoleta com o nascimento da radiotelegrafia em 1922, sendo abandonada após a retirada da Comissão Rondon. O espaço geográfico e ideológico propiciado pela abertura da linha passou a ser ocupado pelos jesuítas, cuja atuação foi marcante no processo de intermediação entre os povos indígenas da região e a sociedade nacional e, em especial, no caso dos Manoki. Em 1935 os jesuítas fundaram seu primeiro posto entre os índios, próximo à estação telegráfica Juruena, estabelecendo com grandes dificuldades e sucesso restrito o trabalho catequético e educativo, voltado principalmente para as crianças, entre os Pareci e Nambikwara. Em 1935, o bispo prelado de Diamantino, Pe. Mello, tentou sem sucesso alcançar malocas Manoki. Em 1943 houve outra tentativa frustrada, do Pe. João de Freitas. Em 1945, com os Manoki ainda desaparecidos, o funcionário do SPI João Clímaco acompanhado dos índios Pareci Pedrinho Kezo e Antonio Canazoé, explorou a região dos Manoki e fundou o posto do SPI Major Libânio Coluizorecê, conhecido como Posto Tolosa, para efetuar a atração dos Manoki (Irantxe). Em 1946, os jesuítas instalaram a Missão em Utiariti, na margem esquerda do rio Papagaio, no mesmo local onde Rondon já havia instalado, anos antes, uma escola para os Pareci.

A Segunda Guerra Mundial e a conseqüente demanda por borracha no mercado internacional promoveram o terceiro ciclo da borracha do Mato Grosso. A atividade seringalista atinge, pela primeira vez de forma sistemática e maciça, as matas equatoriais das bacias dos rios Papagaio, Sacre, Sangue, Arinos, Juruena, Aripuanã, Roosevelt, para falar apenas das mais importantes. Atingindo os territórios de grupos tribais antes só marginal e esporadicamente alcançados, essas frentes de expansão provocaram inúmeros pontos de tensão e choques armados com os índios. As escaramuças genocidas e a difusão de doenças letais para os povos indígenas, além de promover

sua crescente depopulação, tiveram o dom de acentuar os conflitos inter-tribais, alguns pré-existentes, à medida em que as crescentes invasões tendiam a deslocar os grupos de seus próprios territórios para os territórios de outros.

Naquele mesmo ano de 1946, Henrique de Oliveira, tropeiro do depósito de borracha do rio Sacre, levou uma dezena de índios Manoki a Utiariti, para trabalhar e conseguir ferramentas. No ano seguinte, 1947, um grupo de seringueiros, guiados por índios Pareci conseguem atingir malocas Manoki (Irantxe). Em 1948, depois de uma primeira visita dos jesuítas à sua maloca, cerca de 15 deles foram trazidos a Utiariti e engajados em regime de trabalho que, segundo os padres, foi bem aceito por eles. As malocas Manoki (Irantxe) passaram a ser sucessivamente visitadas por uma missão protestante, pelos jesuítas e pelos funcionários do SPI, que disputavam tentando atraí-los e aldeá-los nas suas respectivas sedes. Esse contato inicial desordenado e competitivo facilitou a difusão de epidemias em quase todas as malocas e mesmo em Utiariti, provocando grande mortandade. Essa situação se prolongaria até 1957, quando o SPI delegou oficialmente a tutela indígena para os missionários. Em agosto de 1948, em meio a epidemias de gripe e sarampo, os Manoki (Irantxe) sofreram ataques dos Tapanhuma e, em seguida, dos Rikbaktsa, que resultaram em muitos mortos e feridos. Os sobreviventes refugiaram-se em massa em Utiariti à procura de socorro e segurança. Dos quase 300 estimados em 1947, sobravam apenas cerca de 90, em 1949. Nesse ano os jesuítas abriram um posto de catequese na aldeia do "Capitão Acácio", próximo ao rio Cravari, trasladando os Manoki em número crescente, para Utiariti. As epidemias continuaram a dizimá-los. Em 1950, a gripe coreana alcançou a aldeia do Capitão Acácio, quando morreram quase todos os habitantes. Em 1951, sobreveio nova epidemia de gripe e os sobreviventes procuraram refúgio em Utiariti. Em 1953, o Pe. João Dornstaudter visitou várias aldeias identificando o território ocupado pelos Manoki, convidando-os a se mudarem para Utiariti, pois as doenças grassavam em quase todas as aldeias provocando muitas mortes, desorganização social, fome e sofrimento. Em 1954, os Tapanhuma (ou *tapanyuma*, Beíço-de-Pau) atacaram as aldeias Manoki e as mortes por doenças continuaram. No mesmo ano sofreram ataque dos Rikbaktsa que mataram 17 Manoki perto da confluência do rio do Sangue com o rio Cravari. A partir daí todos os sobreviventes foram levados a Utiariti afastando-se de seu território histórico com medo das doenças e, principalmente, dos ataques dos Rikbaktsa e dos Tapanhuma que quase os dizimaram completamente.

Até o final da década de 60 (1968), a grande maioria dos Manoki permaneceu em Utiariti no esquema catequético civilizatório da Missão, com exceção de algumas famílias que passaram a habitar a aldeia de José Parente e de Maria Atolú, próxima ao Cravari, no mesmo local onde hoje é a aldeia Asa Branca. A partir desta aldeia continuaram a freqüentar sua área histórica para coleta, caça e pesca sem, entretanto se aproximarem do rio do Sangue e sem fazer aldeias com medo de encontrarem os Tapanhuma ou os Rikbaktsa.

A partir dos anos 60 se adensou a ocupação regional, agora por empresas agropecuárias, mineradoras, madeireiras e projetos de colonização, possibilitada pela abertura de estradas, a principal delas a BR 364 ligando Cuiabá a Porto Velho, terminada em 1968. Esse novo processo de ocupação regional acelerou-se nos anos 70 e 80 com o asfaltamento da BR 364, a abertura de novas estradas, a implantação de inúmeros núcleos de colonização, a ampliação da mineração e o desenvolvimento de grandes projetos, como o Polonoroeste, transformando essa região extrativista em polo mineral e agropecuário, promovendo sua definitiva ocupação e, infelizmente, devastação ambiental. Nessa mesma época a Igreja Católica promoveu uma revisão crítica de seu papel histórico e uma reflexão teológica inovadora, cunhada de teologia da libertação orientando sua atuação missionária na perspectiva da *inculturação*. A missão jesuítica adotou essa linha de ação, fechando o internato e passando a atuar diretamente nas aldeias.

A partir de propostas da Missão Indigenista Anchieta, em 1968 foram criadas as reservas para os povos por ela tutelados. A área indígena Irantxe foi criada pelo Decreto Presidencial no. 63.368 de 08/10/1968 e ratificado pelo decreto no. 64.027-A de 27/01/69. Esse território foi criado na margem esquerda do rio Cravari com uma extensão de 46.790 ha. Estes, como vimos, sempre ocuparam uma área situada entre a margem direita do rio Cravari e a margem esquerda do rio do Sangue. A T.I. Irantxe foi criada numa área tradicionalmente ocupada pelos Pareci, uma região do cerrado que destoa ecologicamente do seu habitat original constituído pelas áreas florestadas à direita do Rio Cravari e à esquerda do Rio do Sangue. O deslocamento de seu habitat original era visto por eles como passageiro, até que não fossem mais ameaçados por seus inimigos. Assim, não significava para eles perda do território, pois mantinham em mente a esperança de retorno e do direito natural de ocupação do local tradicionalmente utilizado por eles. Os Manoki são um povo de adaptação sócio-ecológica às matas da bacia do rio do Sangue e de seus afluentes da margem esquerda (13 de Maio, São Benedito e Membeca), não estando culturalmente preparados para viver no cerrado.

Quando o internato de Utiariti foi desativado todos os Manoki deslocaram-se para a aldeia da Asa Branca, do capitão José, onde os jesuítas instalaram escola, farmácia, igreja e onde passaram a atuar também as Irmãs da Imaculada Conceição. Seu território histórico parecia relativamente intocado pelos brancos e, além da ameaça dos Tapanhuma e dos Rikbaktsa, parecia ser possível voltar em ocasião mais oportuna, depois que os outros povos

fossem pacificados pelos brancos. Porém, em 1970, a agropecuária Membreca se instalou na região e começou a cortar a reserva Irantxe com uma estrada, embargada pela FUNAI. Este foi o primeiro passo de um gradativo cercamento dos Manoki fora de sua área de ocupação histórica. Estes, até a década de 1980 ainda caçavam, pescavam e coletavam fora da área demarcada, continuando, portanto, a ocuparem seu território histórico exercitando *seus usos, costumes e tradições*. Entretanto, o gradativo adensamento da ocupação regional foi promovendo seu encerramento dentro da reserva e a piora crescente de suas condições de vida. Foi só por força desse processo que os Manoki foram pouco a pouco adquirindo consciência do significado da reserva e da perda de seu território histórico que, já desde meados da década de 1970 passa a ser reivindicado por eles. Por força de contínuas contestações dos índios e de fazendeiros, os limites da terra indígena Irantxe (Manoki) definidos no Decreto de 1968 só são homologados em 1990, para, logo em seguida, continuarem a ser contestados pelos índios. Em maio de 1991, o Chefe Irantxe Inocêncio Capuixi, juntamente com outros Manoki procuram o antropólogo Darci Pivetta e lhe pedem auxílio para o reconhecimento de seu território, solicitando-lhe a elaboração de um estudo histórico-antropológico. Em 1992, entregam à FUNAI uma solicitação oficial pleiteando o reconhecimento de seu território histórico e a revisão dos limites da área demarcada. (Cf. Ofício PNUD/BRA/94/006/ PRODEAGRO, de Cuiabá, MT).

2. Habitação Permanente: A vida Manoki na reserva atual

Em 1947, a população foi calculada em 258 pessoas, constituindo já um reduzido número de sobreviventes dos massacres, epidemias e ataques dos Tapanhuma e Rikbaktsa, seqüência ininterrupta desde os primeiros contatos com a sociedade nacional no início do século XX. De 1948 em diante o quadro se agravou, sendo que no final daquele ano só restavam 90 Manoki. Em 1951 eram 70, em 1952, 55; em 1953, 59; em 1956, 54, em 1965, 52 e em 1974, 50. Daí em diante, a população voltou a crescer, mas já num ambiente social profundamente alterado pela atuação jesuítica e pelo grande número de casamentos com pessoas de outras culturas e linguagens, impondo o uso permanente da língua portuguesa como único meio de comunicação. Forçou também o abandono de muitos costumes pela ausência de ambiente adequado para sua realização. Os dados da Missão indicam em 1979, já habitando a reserva Irantxe, um total de 136 pessoas e em 1982 eram 142 indivíduos. Em 1983 (Arruda, 1983) eram 145 pessoas, sendo 11 famílias em que ambos os cônjuges eram Manoki e 17 famílias em que um dos cônjuges pertencia a outra etnia. Hoje (2000) os Manoki contam com uma população de cerca de 250 pessoas, distribuídas em 6 aldeias: Paredão (60), Recanto do Alípio (12), Perdiz (26), Asa Branca (24), Cravari (119) e Treze de Maio ou Aldeia do Maurício (9) (OPAN, 2000).

A enorme perda populacional, a expulsão de seu território próprio, a catequese e o processo histórico de envolvimento pela sociedade brasileira, impuseram severas restrições à reprodução do modo de vida Manoki. Findo o período de abrigo e tutela da missão em Utiariti, sua transferência para uma área fora de seu território histórico e de características ambientais diversas de sua área de ocupação histórica, (da mata para o cerrado) aprofundaram as dificuldades de reprodução sociocultural e, até mesmo, de sobrevivência em condições dignas.

A região na qual a reserva indígena Irantxe está inserida foi ocupada nas duas últimas décadas por grandes empreendimentos agrícolas com predomínio de culturas mecanizadas (produção de soja, com participação do arroz, milho e cana, com alto índice de utilização fertilizantes industriais e defensivos agrícolas) e com a presença de atividade pecuária. O resultado tem sido o desmatamento crescente, o envenenamento das fontes de água, o empobrecimento da fauna e flora regionais e restrições à movimentação dos Manoki fora de sua área demarcada. O empobrecimento e deterioração das condições da flora e fauna regionais repercutem negativamente também no interior da reserva Irantxe, manifestamente ainda mais pobre de recursos naturais que as áreas ao redor. De 70-80% do solo da reserva indígena Irantxe é formado basicamente por latossolo vermelho-amarelo, que apresenta cobertura vegetal formada pelo campo cerrado ou savana arborizada. São solos com acidez elevada, fertilidade baixa e apresentam deficiências de micronutrientes (sobretudo nos solos textura média). Nos outros 20 a 30% da área os solos são constituídos por areias quartzozas, tendo como cobertura vegetal o cerradão ou savana florestada, representando o contato savana-floresta ombrófila. São solos ainda mais pobres com capacidade de troca de cátions (CTC) e soma de bases (SB) muito baixos, inadequados ao tipo de plantio tradicionalmente executado pelos Manoki (Opan, 2000:7).

3. Atividades Produtivas

Tradicionalmente os Manoki tem sua unidade de produção e consumo na família extensa, matrilocal, o trabalho masculino tem por base a cooperação entre genros e sogro. Atualmente muitos casais jovens fazem casa em separado, embora mantenham as obrigações de cooperação e partilha características das relações dos genros com seu sogro. Cada casa/família costumava fazer, e muitas ainda o fazem, uma roça perto da aldeia, de meio a dois hectares, consorciada com mandioca brava, milho fofo, batata doce, cará, batata, feijão costela, feijão fava,

araruta, urucum, cabaça de chão grande, algodão, amendoim e outras espécies. Incorporaram a mandioca mansa, a cana-de-açúcar, o milho duro, e outras espécies como o arroz e o feijão guandu.

Calcula-se que o total de terras já utilizadas pelo sistema de roça tradicional não ultrapassa 500 hectares, constituído exclusivamente de mata ciliar, de solo mais fértil. Mesmo nestas áreas mais férteis os solos são muito pobres, não suportando plantios por mais de dois anos seguidos, fazendo com que a cada ano novas áreas tenham que ser abertas ao plantio, processo já esgotado pela exigüidade da área indígena e as necessidades de preservação de parte da mata ciliar. A produção do milho, um de seus cultivares tradicionais mais importantes, é irrisória pelas deficiências do solo. O plantio mecanizado vem sendo tentado já há alguns anos, sem muitos resultados positivos já que requer muito gasto em correção de solo, fertilizantes e maquinário. Assim, apesar das limitações impostas ao aumento das roças tradicionais, o plantio mecanizado até hoje não conseguiu se estruturar como uma solução viável para os Manoki.

A caça, a pesca e a coleta, por sua vez, apesar de praticadas tem tido resultados cada vez piores, em função do aumento da antropização regional e das características do modelo de ocupação centrado na derrubada da cobertura vegetal para monoculturas ou pastos e no uso intensivo de agrotóxicos. As emas, siriemas e perdizes diminuíram drasticamente. Atraídas pelas plantações das fazendas, comem insetos e sementes a descoberto e morrem envenenados com pesticida. As fazendas desmatam também as matas de galeria para o plantio de soja, algodão e arroz: na época das chuvas, a terra lavada escorre para os cursos d'água levando consigo o veneno, matando os peixes e enfraquecendo a cadeia trófica, além de promover o assoreamento crescente dos cursos d'água, a diminuição de seu fluxo e da vida silvestre. A caça, portanto, é rara, mas a coleta de frutos silvestres ainda é praticada, principalmente pelas mulheres e crianças.

Esse processo iniciado com a chegada das primeiras fazendas na década de 1970, acentuou-se fortemente nos dias atuais, dificultando cada vez mais a reprodução do povo Manoki. O abandono gradativo e forçado de suas práticas agrícolas, promove também a impossibilidade da transmissão destas práticas para as novas gerações, assim como dos rituais e conhecimentos associados, ampliando a dependência externa e diminuindo seu espaço de autonomia. Assim é que as roças hoje existentes são poucas e quase só de mandioca. O trabalho assalariado se generaliza, diluem-se as relações de trabalho fundadas no parentesco e as sementes tradicionais correm o risco de perda definitiva.

Há pequena criação de galinhas em todas as aldeias, com exceção da aldeia Perdiz. São muito atacadas por doenças e por vezes é necessário comprar milho para alimentá-las, fatores que restringem muito sua criação. Além disso, há pequenas criações de porco (criados soltos) na aldeia da Asa Branca e no Recanto do Alípio.

Os homens adultos e os rapazes tem passado cada vez mais a trabalhar fora, nas fazendas da região, aproveitando para caçar e coletar naquelas que ainda tem alguma cobertura vegetal e cujos donos permitem. Outras fontes de renda monetária são: 1. artesanato (cocares, redes de algodão ou de tucum, colares, etc.); 2. uma pequena produção de farinha e de mel; 3. trabalho assalariado nas aldeias: professores indígenas, agentes de saúde; 4. aposentadoria.

4. Caracterização ambiental do território Manoki, a ser incorporado à Terra Indígena Irantxe.

A Terra Indígena Manoki (mata) é parte do território histórico de reprodução biológica e cultural da etnia Manoki (Irantxe), envolvendo a margem direita do Rio Cravari e a margem esquerda do Rio do Sangue. Esta é uma área de tensão ecológica pelo contato das regiões fitoecológicas - Savana (cerrado), Floresta Ombrófila Aberta e Floresta Estacional Semidecidual -, caracterizada por um mosaico de vegetação, diversas unidades de paisagem e uma riqueza de recursos vegetais e animais que poderá ser explorada e manejada de forma sustentável pelos Manoki (Irantxe). Diversas áreas de roças antigas foram identificadas e nelas ainda estavam presentes plantas de um tipo de cará (*Dioscorea* spp.), espécie que deu origem a agricultura Manoki, relatada em um dos mitos. Os Manoki (Irantxe) reconhecem diversas espécies vegetais que ocorrem nestas matas, que são alimento para peixes, e também alimento para aves, e mamíferos. São importantes recursos alimentares que os Manoki (Irantxe) têm muito interesse em recuperar.

Praticamente não existem recursos pesqueiros, nem caça, na Terra Indígena Irantxe atual (cerrado). Porém, na área a ser incorporada vários locais foram mapeados e georreferenciados durante as expedições do GT. Através dos sons emitidos pelos animais e da presença de rastro, os Manoki identificaram vários locais com potencial para manejo da caça.

A caça é tradicionalmente uma atividade muito importante da etnia Manoki, mas nos limites da área em que estão atualmente (cerrado), é praticamente nula a presença dos animais de uso na sua cultura, ocorrendo só pombas e lagartos. Por outro lado, a caça entre os Manoki (Irantxe) é uma atividade que evita a pressão sobre determinados animais, de tal forma que tudo pode ser aproveitado, e esta ausência de pressão seletiva, favorece a sustentabilidade desta atividade.

Os peixes são uma fonte de proteína animal muito apreciada pelos Manoki (Irantxe), e na área atual ocorrem apenas alguns lambaris e lobós. Nas expedições foram identificadas e georreferenciadas as unidades de paisagem: lagoas marginais, córregos, e leito de rios maiores, como o Rio do Sangue. Na margem esquerda do Rio do Sangue foram observados diversas áreas de kalunã, que são consideradas como criatório de peixes, e também a ocorrência de diversas árvores de roncadour em frutificação, cujos frutos são alimento de pacús e matrinchãs.

A agricultura tradicional Manoki (Irantxe) envolve os mesmos processos usados por diversos povos da Amazônia: derrubada, queimada, coivara e plantio aproveitando a concentração de nutrientes no local. As áreas manejadas desta forma são inferiores a meio hectare e com o tempo transformam-se em florestas secundárias (capoeira velha) que são usadas como fonte de propágulos, raízes comestíveis, frutos, plantas medicinais e atrativos de caça. A sustentabilidade desse processo de agricultura depende muito da pressão populacional numa área limitada, dos sistemas de manejo utilizados e dos períodos de pousio adotados. A área atual não dispõe das unidades de paisagem que tradicionalmente são manejadas desta forma e a grande expectativa dos Manoki (Irantxe) é retornar ao menos parte do território histórico e recuperar as antigas variedades das várias espécies para produzir os alimentos que mais apreciam.

A área pretendida para ampliar o território Manoki (Irantxe) atual, é composta por florestas ainda bem conservadas, que representam mais de 80% do território, principalmente na microbacia do rios do Sangue (Manamiaky, que significa rio grande, rio dos Beijo de Pau), do rio 13 de Maio (Talunakanaly, rio do cipó do mato, indicador de terra de plantio), e do rio São Benedito (Sonkalamey, rio das frutas). As maiores alterações encontram-se na margem direita do Rio Cravari (Mankakianaly, rio que entra no campo. O rio Membeca é chamado de Kakekanali, o lugar das taquaras) através de desmatamentos por fazendeiros para instalar pastagens e da retirada de algumas espécies madeireiras.

A manutenção das florestas significa além da presença de espécies vegetais úteis para a coleta para os fins alimentares, medicinais e artesanais, os recursos para a presença de diversas populações de animais que podem ser usadas para o manejo de caça. As matas ciliares bem conservadas nos principais rios possibilita a manutenção de recursos pesqueiros tão apreciados pelos Manoki (Irantxe).

A análise de solos em amostras retiradas a 20cm de profundidade em áreas que os Manoki (Irantxe) indicaram como adequadas a instalação de roças, mostrou solos pobres e ácidos, como era esperado nas classes de solo presentes (latossolo vermelho amarelo, vermelho escuro e areias quartzosas), mas os solos sob vegetação de cerrado, onde estão atualmente, são bem piores (amostra 12). As amostras na margem esquerda do rio do Sangue e do rio 13 de Maio mostraram maior saturação de bases que na margem direita do Cravari, e nessa região encontram-se manchas de solo mais escuro, e também com maior teor de fósforo que o observado na amostra de solo do cerrado, que foi quase zero (0,3).

O manejo feito pelas populações indígenas da Amazônia, e principalmente os tipos de agricultura que realizam são perfeitamente adequados para a utilização destas áreas, de uma forma sustentável, assegurando a reprodução e manutenção dos Manoki (Irantxe) neste território.

5. Reprodução Física e Cultural

Por volta do início do século XX a população Manoki (Irantxe) era estimada em cerca de 1200 indivíduos, espalhada em quase trinta aldeias nas bacias dos rios 13 de Maio, São Benedito, Membeca, na margem direita do rio Cravari e na margem esquerda do rio do Sangue. Relacionavam-se com relativa harmonia com os povos vizinhos, como os Pareci (ou Paresi), Nambikwára e mesmo os Tapanhuma (ou Tapanyuma). Mais tarde desentendimentos entre eles fizeram com que passassem a ser atacados com tanta intensidade pelos Tapanhuma. Com os Pareci e os Nambikwára mantêm, até hoje, relações amistosas, assim como com outros povos com os quais conviveram no internato de Utiariti.

A chefia tradicional passava de pai para filho. Assim como hoje, não existia um chefe geral, apenas os chefes de aldeia. Hoje o chefe é eleito por voto, após longos debates, entre todos, mantendo, entretanto, a característica central das chefias tradicionais: o chefe não manda, persuade. Toda decisão importante é tomada em longos processos de discussão pela comunidade, até que se atinja o consenso.

Do seu sistema de parentesco tradicional subsistem certos princípios gerais como os da regra de residência uxorilocal, da cooperação genros-sogro no trabalho e da descendência bilateral. A manutenção de sua religião própria não os impediu de seguirem também alguns aspectos do catolicismo. Na aldeia do Cravari costumam realizar rezas coletivas aos domingos, na igreja que lá existe, e recebem visitas eventuais de um padre para celebração da missa e para realização de batismo. Estabelecem relações de compadrio algumas vezes com pessoas de fora (funcionários da FUNAI ou amigos não-índios da região).

A importância e a antiguidade de manejo de cada uma das espécies vegetais plantadas pelos Manoki estão registradas nos relatos dos antigos e sistematizadas num rico corpo mítico, presente até hoje no cotidiano dos Manoki. As atividades econômicas tradicionais são intrinsecamente ligadas a atividades rituais. Tradicionalmente

aconteciam as festas do período da seca e as do período das chuvas, as quais duravam aproximadamente um mês cada. Trata-se dos ritos associados às flautas sagradas (as masculinas são chamadas de *Yetá* e as femininas de *Nadipu*) de uso exclusivo dos homens. Eles as tocam, ainda hoje, de dia na casa das flautas – fora da aldeia e escondidas pela vegetação e de noite no pátio das aldeias. É proibido às mulheres e crianças vê-las, evitando-se até mesmo fazer menção à sua existência. As crenças e os ritos associados a estas flautas constituem o cerne de sua religião e de sua visão de mundo. Na época da derrubada (na estação seca), como parte da iniciação dos meninos, os homens ofereciam uma roça, supostamente feita pelas entidades representadas pelas flautas, a alguma mulher de respeito que passava a cuidar dela e redistribuir seus produtos a outras mulheres. A última roça-festa de iniciação destas flautas foi realizada por volta de 1995. Na época da chuva havia as festas de flauta “jacuri”, na qual as mulheres também participam e tocam-se músicas referentes aos animais (tatu, tamanduá-mirim, peixe cará, gambá e todos os outros).

As roças tradicionais continuam a serem realizadas, algumas vezes acompanhadas dos ritos tradicionais. Porém, com a crescente saída dos homens mais jovens tanto no período da derrubada, quanto no período de plantio, elas diminuem de número e de tamanho, ocasionando ainda uma reorganização do padrão tradicional de divisão de trabalho e na composição das unidades de produção. Hoje em dia resta só a área de cerrado para o plantio e, nestas áreas, a única espécie que nasce melhor é a mandioca. Dessa forma, enquanto as roças tradicionais vão sendo abandonadas e se tornam empobrecidas o trabalho assalariado nas fazendas vai se tornando a regra acentuando, num círculo vicioso, o abandono das roças, a piora das condições alimentares e das condições de vida. Assim, a reprodução sociocultural do povo Manoki encontra-se bastante comprometida pela impossibilidade de acesso aos recursos naturais necessários para seu modo de vida.

6. Levantamento Fundiário

Durante o desenvolvimento do trabalho o GT teve o acompanhamento dos índios em todos os momentos da vistoria, a fim de possibilitar aos mesmos o reconhecimento de seu antigo habitat, testemunharem os impactos ambientais causadas pela exploração desenfreada dos recursos florestais praticadas pelos ocupantes madeireiros e de poderem tomar consciência do estado geral de ocupação do seu território.

Durante as vistorias detectamos em vários casos, conforme demonstram os conteúdos do LV, que os ocupantes não-índios não cumprem rigorosamente a legislação ambiental e florestal. O modo de exploração da área ocorre sem o devido amparo legal, e está prejudicando o ecossistema da região estudada; os exemplos evidentes são os casos de algumas fazendas identificadas, cujas reservas florestais são inexistentes, sendo a totalidade da fazenda utilizada pra atividades pecuárias. Outros casos são os ocupantes proprietários de Serrarias, realizando derrubadas de árvores e retirada de madeiras para exploração semi-industrial, em sua maioria sem a licença do IBAMA.

Os levantamentos de informações ambientais, cartoriais, fundiárias e de pesquisa de preços foram feitos em Brasnorte e nas sedes dos municípios vizinhos, como Campo Novo do Parecis, Tangará da Serra, Diamantino e na cidade de Cuiabá-MT, com consulta junto as instituições públicas e privadas, entre as quais, o IBAMA, EMPAER-MT, Banco do Brasil, INCRA, INTERMAT, INDEA, Cartório de Registro de Imóveis, e diversas casas comerciais. O GT detectou a existência de 20 ocupações com benfeitoras. Desse total, em 18 ocupações foram preenchidos o formulário LV, e em 02 (duas) ocupações não foi permitido o preenchimento do formulário por ordem do ocupante, que impediu o acesso não permitindo o levantamento fundiário. Além dessas ocupações, o levantamento cartorial indicou mais 3 títulos sem ocupação visível. Totalizam 23 propriedades que são:

LVA	Nome do ocupante	Localidade	Nome do Imóvel	Situação da ocupação	Reside no imóvel	ocupa (anos)	Área (ha)	Famílias	N.º de pessoas	Benfeitoria
01	Hélio Turquino	Gleba Tibagi	Faz. Rival	Propriedade	Não	15	6275,00	01	04	Sim
02	Ivo Palaro	Membeca	Faz. São Ângelo	Propriedade	Sim	05	3267,25	01	07	Sim
03	Roberto Briant	M/D Rio Cravari	S/nome	Posse	Não	07	S/inform	01	01	Sim
04	José Valdir de Oliveira Moraes	Membeca	Faz. Criuva	Posse	não	02	S/inform	01	01	Sim
05	Clóvis José Minozzo	Gleba Centro Oeste	Faz Nativa	Propriedade	Não	03	3400,00	01	02	Sim
06	Juarez Pereira	M/D Rio	Faz	Propriedade	Não	05	800,00	--	---	Sim

	de Souza	Cravari	Primavera								
07	Antonio Alves de Melo	M/D Rio Cravari	Faz Riozinho	Propriedade	Não	05	2700,67	---			Sim
08	Eloi Sadi Bulow	M/D Rio Cravari	S/ denomina.	Propriedade	Não	02	2500,00	---			Sim
09	Celso e Clésio Ávila	M/D rio 13 de maio	Faz Pacoval	Propriedade		11	1210,00	01	03		Sim
10	João Carlos Correa	M/D rio do Sangue	Machadinh a agroindústr ia S/A	Propriedade	Sim	07	1210,00	16	50		Sim
11	Marcelo Giacomet	M/D rio do Sangue	Faz Vacaria	Propriedade	Não	02	1633,54				Sim
12	Edward Rossi Vilela Silva	M/D rio do Sangue	S/ denomina.	Posse	Não	20	S/ informa	01	04		Sim
13	Ricardinho Antero Giacomet	M/D rio do Sangue	Faz Idalina	Posse	Não	02	1950,00	01	03		Sim
14	Philips Monteiro Laigner Costa	Membeça	Faz Daiana	Posse	Não	03	12000,00	01	02		Sim
15	Gilmar Curioni e outros	Cabeceira do rio 13 de maio	Faz Viacampos	Propriedade	Não	02	4999,30	01	04		Sim
16	Antonio Fraga Zwicker	M/D rio Cravari	Faz Nova Bavária	Propriedade	Não	05	S/informa	04	16		Sim
17	Moacir José Vasc. Visquitino	Cab barra Capanema	Faz Córrego Seco	Posse	Não	04	S/informa	01	01		Sim
18	Ivan Kremer de Lima	Cab barra Capanema	Faz Agropecuária J. Barreto	Posse	Não	10	S/informa	01	02		Sim
19	Natalino Aldra	---	----	Propriedade	Não	----	8313,21	--	--	----	
20	Nivaldo Neumann	Campo Novo do Parecis	-----	Propriedade	Não	-----	3000,00	---	---	-----	
21	Nivaldo Neumann	Campo Novo do Parecis	-----	Propriedade	Não	-----	1075,27,00	---	---	-----	
22	Neiva Marli Zacche Neumann	Campo Novo do Parecis	-----	Propriedade	Não	-----	1000,00	---	---	-----	
23	Ricardinho Antero Giacomet	Gleba Sucuruina I	-----	Propriedade	Não	-----	1000,00	---	----	-----	

7. Conclusões

A proposta de identificação e delimitação apresentada pelo Grupo Técnico da Portaria N.º 1.144 de 08 de novembro de 2000, atende a todos os requisitos estabelecidos pelo artigo 231 da Constituição Federal, Lei 6001/73, Decreto N.º 1.775/ de 08 de janeiro de 1996 e Portaria N.º 14/MJ de 09 de janeiro de 1996.

O perímetro da área delimitada como Terra Indígena Manoki (Irantxe) está indicado na Planta de Delimitação compreendendo a margem direita do rio Cravari, dando continuidade a Terra Indígena atual, a margem direita do rio 13 de Maio, margem esquerda do rio do Sangue e fechando na margem esquerda do rio Membeça, até uma linha seca que alcança pelo lado oposto da área já demarcada.

Compreende portanto, as áreas mais preservadas de seu território histórico e, o que é mais importante, mantém dentro da Terra Indígena as nascentes do rio 13 de Maio e os principais afluentes do rio São Benedito, que são rios com diversos recursos e potencial de uso em suas bacias, sendo portanto imprescindíveis à sobrevivência física e cultural do grupo. A margem esquerda do rio do Sangue apresenta muitas espécies de peixes para alimento

e várias lagoas marginais que são importantes para a reprodução dos peixes. Além disso, nesta região encontram-se várias manchas de solos menores e matas ainda preservadas.

Os estudos antropológico e ambiental realizados para a identificação e delimitação da Terra Indígena Manoki (Irantxe), permitem finalizarmos com as seguintes conclusões:

1. Os Manoki foram sendo expulsos de seu território histórico num longo processo que se iniciou no começo do século XX, marcado por massacres, epidemias constantes, ataques dos Rikbaktsa e Tapanhuma, culminando com o seu quase extermínio e, conseqüentemente, transferência para a missão jesuítica em meados do século XX.
2. De lá foram transferidos para uma reserva indígena decretada, em 1968, e demarcada posteriormente. Esta área demarcada, para onde foram transferidos, não corresponde a seu território histórico e dele difere significativamente do ponto de vista ambiental. Seu território histórico era em boa parte florestado e a área demarcada para eles é de cerrado.
3. Suas condições de vida dentro da área demarcada e fora de seu território histórico são muito ruins. As limitações da área (de tamanho, de qualidade de solo, de tipo de flora e fauna) impedem a sua reprodução sociocultural de acordo com seus usos, costumes e tradições.
4. O território ora identificado e proposto para delimitação, visando a ampliação dos limites da Terra Indígena Irantxe já demarcada é parte constitutiva do território histórico Manoki (Irantxe), conforme demonstram os documentos históricos, os depoimentos dos padres e indigenistas que participaram do processo de envolvimento dos índios pela sociedade nacional, e conforme atesta a memória dos próprios Manoki, vários deles são testemunhas de parte significativa de sua história de contato.
5. Apesar de transferidos para fora de seu território histórico, sempre o freqüentaram utilizando-se de seus recursos naturais – caça, pesca e coleta. Até a década de 70, evitaram fazer aldeias nessa localidade com medo de seus inimigos Rikbaktsa e Tapanhuma. Da década de 1970 em diante, a crescente ocupação da região por fazendas passou a cercar suas atividades fora da área demarcada. Só aí tomaram consciência da perda territorial e passaram a reivindicar a alteração dos limites da área demarcada.
6. A identificação dos diversos componentes ambientais desta Terra Indígena e a localização de vários dos locais das antigas aldeias e cemitérios, confirmam o atendimento da proposta de delimitação apresentada pelo GT e relacionada em anexo a este documento;
7. A Terra Indígena Manoki (Irantxe) identificada por este GT é composta por florestas ainda bem conservadas, que representam mais de 80% do território, e por uma parte das microbacias dos rios do Sangue, 13 de Maio, São Benedito e Membeca, com pouca atuação antrópica.
8. O levantamento dos recursos da Terra Indígena Manoki (Irantxe) ora identificada, mostra que nesta área é possível assegurar a reprodução e manutenção dos Manoki (Irantxe), com a revitalização de sua cultura e retomada de práticas agrícolas, de caça, de coleta e de manejo sustentável dos recursos.

A partir das conclusões acima, recomendamos dar continuidade ao procedimento de regularização da Terra Indígena Manoki (Irantxe) conforme mapa de delimitação e respectivo memorial descritivo a seguir.

RINALDO SÉRGIO VIEIRA ARRUDA
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP